



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

**A RELAÇÃO ENTRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O
PATRIARCADO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

GUSTAVO VIEIRA DE ALMEIDA

Brasília – DF
2016



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**A RELAÇÃO ENTRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O
PATRIARCADO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

GUSTAVO VIEIRA DE ALMEIDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Me. Patrícia Cristina P. de Almeida

GUSTAVO VIEIRA DE ALMEIDA

**A relação entre o abuso sexual de crianças e adolescentes e o patriarcado:
uma perspectiva histórica**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 11 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Me. Patrícia Cristina P. de Almeida
(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB).

Prof.^a Me. Ana Carolina de Oliveira Pinho
(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB).

Me. Eduardo Chaves da Silva
(Assistente Social da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes
e Juventude do Distrito Federal).

Dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus, no qual sempre me deu forças. Dedico também aos meus pais José e Elisabeth, que me deram suporte e apoio em meus estudos e à minha namorada Alana Duarte, que junto a mim permaneceu em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as professoras e professores que passaram pela minha formação em Serviço Social, pelo conhecimento que ofereceram.

Agradeço também aos profissionais que me acolheram nos estágios obrigatórios no CREAS – Estrutural e no Hospital Regional de Taguatinga, por mostrar que a prática sempre caminha com a teoria.

E a todos que colaboraram na minha formação de forma direta ou não.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo evidenciar a hipótese de que o abuso sexual de crianças e adolescentes é potencializado pelo patriarcado, analisando a relação do abuso sexual de crianças e adolescentes ao patriarcado, levantando a bibliografia de autores que articularam sobre o tema criança, adolescência e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Bem como retroceder na história fazendo uma breve linha temporal, dos períodos que se tem registro dos abusos sexuais de crianças e adolescentes, até dados de pesquisas atuais. Quanto ao procedimento metodológico, a pesquisa constitui em pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Ariès (2014), Carvajal (1998), Engels (1984), DeMause (2014) inspiraram a base inicial do trabalho e da linha temporal. A análise de dados fundamentou-se em cinco pesquisas, principalmente na de Leal (2012), complementada pela de Sanderson (2008), Baptista et al. (2008), Cohen e Gobbetti (2015), Martins e Jorge (2010). Compreender como se dá o desenvolvimento natural de crianças e adolescentes, em questão a comportamentos como o brincar das crianças, a confusão e adaptação à sociedade dos adolescentes e até se aprofundar sobre sua sexualidade, é compreender como os agressores sexuais distorcem aquilo que é processo natural, aproveitando-se para cometer o abuso sexual. Assim é possível explicitar os processos do abuso sexual. Realizando um resgate histórico a respeito da criança e do abuso sexual, foi constatado que nos diversos momentos históricos até os dias atuais, que o patriarcado esteve por detrás dos abusos sexuais, uma vez que a “posse” justifica a violência sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual de crianças e adolescentes. Patriarcado. História.

ABSTRACT

This course conclusion work has as main objective to evidence the hypothesis that sexual abuse of children and adolescents is potentiated by patriarchy, analyzing the relationship of sexual abuse of children and adolescents to patriarchy, considering the bibliography of authors who worked on the subject. Coming back in history with a brief timeline of periods that have record of sexual abuse of children and adolescents, to the current research. As the research, methodological procedure is in bibliographic and documentary research, with qualitative-quantitative approach. Ariès (2014), Carvajal (1998), Engels (1984), DeMause (2014) inspired the initial basis of work and timeline. The data analysis was based on five researches, especially in one of Leal (2012), supplemented by Sanderson (2008), Baptista et al. (2008), Cohen and Gobbetti (2015), Martins and George (2010). Understand how the natural development of children and adolescents happens like the “play” of children, or like the confusion and adaptation of adolescents in the society and until if going deep on its sexuality, it's to understand how the sex offender distort what is natural process, taking advantage to commit sexual abuse. Thus it is possible to explain what sexual abuse is. Performing hum Historical rescue the respect of children and sexual abuse, was finding that at different historical moments until the present day, that patriarchy was behind the sexual abuse, since "ownership" justified sexual violence.

Keywords: Sexual abuse of children and adolescents. Patriarchate. History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I. CRIANÇA, ADOLESCENTE E ABUSO SEXUAL	12
1.1 Sexualidade da criança	12
1.2 Sexualidade da adolescência	18
1.3 Abuso sexual de crianças e adolescentes	21
CAPÍTULO II - UMA VISÃO HISTÓRICA: O PATRIARCADO E A HISTÓRIA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	32
2.1 O que é patriarcalismo?	32
2.2 Resgate histórico do abuso sexual de crianças e adolescentes	34
CAPÍTULO III - ABUSO SEXUAL E O PATRIARCADO, UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DADOS	42
3.1 Análise crítica de dados	42
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	61
APÊNDICE I - TABELA / CARACTERÍSTICAS DO ABUSO SEXUAL	62

INTRODUÇÃO

O **objeto de estudo** a ser explorado neste trabalho de conclusão de curso é o abuso sexual de crianças e adolescentes. Assim este trabalho se ocupou em expor o conceito de criança e adolescente, não somente na atualidade, mas também conhecer como a perspectiva de uma fase da vida humana. Ou seja, a infância foi se alterando ao longo da história e objetivamente alterando aquilo que hoje consideramos como abuso sexual de crianças e adolescentes. Para além desse processo cultural, é preciso também entender o fator biológico, a sexualidade natural inerente a esses períodos, pois esse é um fator no qual os agressores sexuais se aproveitam para distorcer a realidade, oprimindo crianças e adolescentes (SANDERSON, 2008).

O abuso sexual, tanto de crianças e adolescentes quanto de mulheres, ao longo da história, sempre esteve ligado à posse, em outras palavras, sempre esteve ligado ao patriarcado, à propriedade privada e ao machismo. Tudo isso trouxe a luz do porque essa combinação de conhecimentos é importante ao Serviço Social.

Destarte, foi construído o **problema** de pesquisa: O patriarcado pode motivar a ocorrência do abuso sexual de crianças e adolescentes? A hipótese do problema de pesquisa apresentado é que sim, o patriarcado motivou e ainda motiva o abuso sexual de crianças e adolescentes, se justificando pela propriedade e pelo machismo.

A fim de comprovar a hipótese, este trabalho tem como **objetivo** explicar a relação entre o abuso sexual de crianças e adolescentes e o patriarcado, a partir do estudo de bibliografia que articula o tema criança, adolescência, sexualidade e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Foi construída uma breve linha temporal, dos períodos da história que se tem registro do abuso sexual de crianças e adolescentes até dados de pesquisas atuais, para se verificar a historicidade que permeia e associa o patriarcado ao abuso sexual.

A respeito da **metodologia**, quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa. Assim como foram expostos conceitos bases, de autores que se

apropriaram dos temas, como: Sanderson (2008) que estudou amplamente a respeito do abuso sexual de crianças e adolescentes; Elkonin (2012) reconhecido academicamente por escrever sobre o desenvolvimento infantil; Ariès (2014), um importante historiador e medievalista francês da família e da infância; DeMause (2014) relatou a história da infância ao longo dos séculos; Carvajal (1998) estudou a fundo a adolescência. Também foi feita a análise crítica e comparação entre os dados numéricos coletados, das bibliografias e documentos de Sanderson (2008), Cohen e Gobbetti (2015), Baptista et al. (2008) e a pesquisa de Leal (2012), no qual dados secundários foram analisados pelo autor a partir da pesquisa “A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília” (LEAL, 2012).

Quanto ao procedimento metodológico, a monografia apresentada baseou-se em um estudo qualitativo, constituiu-se em pesquisa bibliográfica e documental. Os autores e suas obras foram selecionados por sua apropriação dos temas a serem explorados por este trabalho, bem como foram realizados resumos e resenhas, principalmente dos livros “Abuso Sexual em Crianças Fortalecendo Pais e Professores Para Proteger Crianças contra Abusos Sexuais e Pedofilia” (SANDERSON, 2008), “História Social da Criança e da Família” (ARIÈS, 2014), “O Estudo das Motivações Históricas” (DEMAUSE, 2014), “Tornar-se Adolescente a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência” (CARVAJAL, 1998). Com base nesses autores foi possível entender o significado de criança e adolescente, as características do abuso sexual nesses períodos da vida humana, assim como foi mostrado que o patriarcado esteve por de trás dos abusos sexuais em diversos momentos históricos, até os dias contemporâneos.

Dados secundários provindos do relatório final da pesquisa “A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília” (LEAL, 2012) foram analisados, de forma que uma tabela foi construída elencando categorias, tais como a idade da vítima quando o abuso sexual ocorreu, parentesco com o agressor sexual, local do abuso sexual, aliciamento sexual, consequências do abuso sexual, entre outras categorias. Esses dados serviram para comparar pesquisas, como a de Baptista et al. (2008) e Martins (2009), mostrando pontos comuns, que revelam a relação entre patriarcado e abuso sexual de crianças e adolescentes. Essas pesquisas foram

selecionadas a partir das investigações dos autores sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, encontradas na plataforma SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Documentos, artigos, entre outros conteúdos complementares, acerca dos temas propostos, foram localizados via internet. Do conteúdo do Serviço Social, selecionou-se autor próprio da categoria, Netto (2010), bem como autores de referência acadêmica, tais como Marx (2007) e Engels (1984).

O trabalho está dividido em três capítulos iniciando com um resgate histórico do abuso sexual de crianças e adolescentes, consistido na necessidade de conceituar o que é criança, adolescente e abuso sexual, no contexto da atualidade, para assim entender o que foi ocultado e desconsiderado no passado sobre os temas. Em cada período histórico a moral social impactou no significado sobre o que é infância, delimitando o que era ou não abuso sexual, ou seja, o que eram ou não, ações contra a moral normativa social.

Esse é um capítulo que traz a compreensão da sexualidade que permeia a criança e o adolescente, revelando suas etapas de cognição e adaptação ao mundo. O capítulo tem por fim, colaborar na desconstrução de tabus, ampliar a discussão e outros fatos que rodeiam o abuso sexual, no que se refere, especificamente, a sexualidade da criança e do(a) adolescente. Isso contribuirá também, para que nos capítulos decorrentes, sejam compreendidos alguns pontos onde os agressores tiram proveito para cometer o abuso sexual. Todavia, como observado no capítulo dois, o abuso sexual sempre esteve ligado à propriedade, ao patriarcado. Tomando por base pesquisas que cingem o tema, o capítulo três buscou revelar que o patriarcado e abuso sexual de crianças e adolescentes possuem uma relação intrínseca.

Faleiros (2000) discute sobre a terminologia do abuso sexual, no que se refere de maneira implícita, que há um uso (sexual) permitido de crianças e adolescentes por adultos. Discute ainda que quem exerce abuso não aprende a regular, a medir, a dizer, a escutar e respeitar mensagens de si mesmo e do outro. De certa forma, como será mostrado no capítulo dois, em períodos históricos passados, era lícito esse uso da criança para as satisfações dos adultos. Contudo, na atualidade, esse termo abuso sexual, poderia perder sentido, pois já não é mais lícito abusar sexualmente de crianças e adolescentes, mas por outro lado, o abuso como Faleiros (2000) descreve, traduz bem como o agressor sexual ainda pode agir.

Assim a pesquisa ainda adotará a terminologia abuso sexual. Porém, ao tratar sobre quem comete o abuso sexual, por considerar que os pedófilos possuem um distúrbio psíquico e que muitos dos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes não possuem esse transtorno, bem como, aquele que comete abuso sexual é um transgressor das normas sociais e jurídicas. Ao mesmo tempo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA chama de agressor, o responsável pelo abuso sexual. Por esses motivos e para problematizar a brutalidade do abuso sexual, será referido neste trabalho como agressor sexual, aquele que cometeu abuso sexual.

A pesquisa encontrou fatos históricos e atuais, juntamente com dados de pesquisas, que proporcionam identificar que uma das possíveis causas que levam ao abuso sexual de crianças e adolescente é o patriarcado. Crianças e adolescentes são abusados sexualmente em um âmbito familiar na sua maioria, ou por pessoas de seu círculo social íntimo. Nesses âmbitos, os agressores são principalmente homens que usam de seu pátrio poder para constranger as vítimas e cometerem o abuso sexual. Algumas dessas vítimas fogem de casa fatigadas do abuso sexual, porém, muitas acabam em situação de rua e são impelidas, como meio de sobrevivência, a entrarem na prostituição (LEAL, 2012).

CAPÍTULO I. CRIANÇA, ADOLESCENTE E ABUSO SEXUAL.

1.1 Sexualidade da criança.

Cada época e cultura compreenderam de formas diferentes o conceito de criança, em alguns momentos históricos nem mesmo existia a ideia conceitual. Elas eram vistas como pequenos homens e mulheres com limitações. A infância só passou a ser percebida como um momento especial por volta do fim do século XIX e início do século XX (ARIÈS, 2014). Desde então ocorreram muitos avanços.

O Brasil possui um passado de não direitos e violência contra a infância, somado às diferenças sociais. O abandono e a indiferença para com a infância faziam parte do cotidiano. As casas de acolhimento, nos séculos XIX e XX, mesmo que desempenhando um papel de proteção, eram um risco frente à imensa demanda e obrigavam as crianças a seguirem uma vida religiosa. No que se refere ao trabalho, não existia lei regulamentada de proteção ao trabalho infantil, que era usado de forma extensa e abundante nas indústrias e o salário era extremamente baixo. Paulatinamente esse cenário foi se alterando, as crianças e adolescentes brasileiros foram conquistando muitos direitos de proteção (RIZZINI e PILOTTI, 2009).

Na atualidade, sob a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA compreende-se por criança no Brasil a pessoa até doze anos de idade incompletos. Gozando de direitos fundamentais da pessoa humana e é dever de toda a sociedade guardá-la e protegê-la garantindo a estas todos os direitos referentes à vida, seguido de direitos especiais prioritários e de proteção contra qualquer forma de negligência (BRASIL, 1990).

Todavia, a definição cultural e social de infância se altera constantemente, foi alterada nos períodos históricos passados e possivelmente será alterada nos que ainda estão por vir. Pois não é um fenômeno imutável, eterno, transforma-se a cada diferente estágio do próprio desenvolvimento histórico da humanidade. Ariès (2014) relata que na sociedade medieval, as crianças deviam crescer rapidamente para logo serem introduzidas no mundo adulto.

As crianças eram colocadas em famílias estranhas para aprenderem os serviços domésticos, os quais eram difíceis para elas, pois deveriam adaptar-se rapidamente aquele universo. Dessa forma, não existia o sentimento de infância, como há atualmente, pois a criança era vista como um adulto em miniatura. Comparando os diferentes momentos históricos, para se compreender a mudança no paradigma sobre crianças, se antes não havia sentimento de infância no século XX, instituiu-se a proteção dos direitos à infância na Assembleia Geral da ONU (1959), proclamando a Declaração dos Direitos da Criança, no qual, todo humano com idade inferior a dezoito anos é definido criança.

O ser humano adquire características próprias de acordo com sua experiência no mundo, ligadas a fatores culturais e regionais. Isso se torna perceptível analisando o documentário *Babies* (2009), pois é possível elucidar o impacto do meio na formação e evolução de quatro bebês, nos diferentes países da Namíbia, Mongólia, Japão e Estados Unidos, durante o primeiro ano de suas vidas. É notável, no documentário, como os bebês desenvolveram seu biológico de acordo com a cultura que estão inseridos, por exemplo, o bebê da Namíbia foi estimulado externamente a desenvolver mais as atividades motoras, ele aprendeu a andar mais rápido e com mais destreza que os demais. Os pais do bebê americano liam para ele muitos livros, e logo a criança desenvolveu a fala e a comunicação antes do que as demais. Na Mongólia têm-se o costume de embrulhar e amarrar os bebês em cobertores, impedindo uma grande movimentação, logo o bebê desse país demorou mais do que os demais para andar. Os bebês dos Estados Unidos e do Japão foram os que mais foram estimulados ao desenvolvimento intelectual, o do Japão já participava de uma escola, por volta do seu primeiro ano de vida.

Desse documentário se extrai que os desenvolvimentos intelectuais das crianças assim como o desenvolvimento mecânico provêm dos estímulos ao mundo que a rodeia assim a criança se adapta ao meio. As crianças desenvolvem seu intelecto de acordo com as associações simbólicas por meio do brincar, “é em seu brincar que as crianças “modelam” os propósitos e motivos da atividade humana e as normas das relações humanas” (ELKONIN, 2012, p. 158). Os brinquedos e as brincadeiras são representações de algum objeto real, ou então, representação de algum papel social, como exemplo: crianças brincam de médico usando objetos, qualquer objeto, que representem os verdadeiros e imitam o papel social de um

médico. Não é necessário ter um objeto em mãos, mas qualquer outro objeto que é usado, como “faz de conta”, com o sentido daquele objeto específico da brincadeira. As brincadeiras envolvem o que as crianças aprenderam do mundo a sua volta, de suas interpretações das relações humanas, em outras palavras, o brincar para as crianças traduz seu desenvolvimento, sua formação como membro da sociedade. Assim como afirma Rodrigues (2009, p.19):

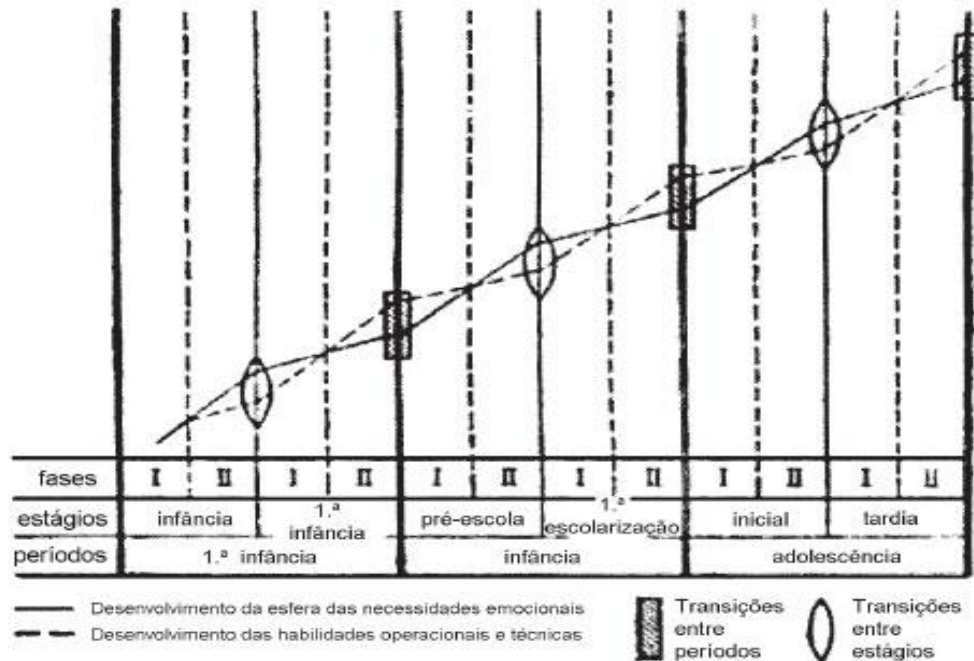
O brincar é um importante processo psicológico, fonte de desenvolvimento e aprendizagem. Ele envolve complexos processos de articulação entre o já dado e o novo, entre a experiência, a memória e a imaginação, entre a realidade e a fantasia, sendo marcado como uma forma particular de relação com o mundo, distanciando-se da realidade da vida comum, ainda que nela referenciada. A brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil, na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. O brincar não só requer muitas aprendizagens como também constitui um espaço de aprendizagem.

O entendimento sobre o brincar é fundamental para entender como os agressores sexuais seduzem as crianças, enganando-as, pois se aproveitam das condições inerentes à criança para cometer o abuso sexual, assunto a ser explorado mais adiante.

É difícil afirmar aonde as estações da infância e adolescência vão se definindo, onde se encontram as mudanças de um estágio para outro. Justamente devido aos fatores culturais, que influenciam na determinação dos períodos. Também em uma relação dialética, é preciso analisar todo o contexto que envolve o ser para fazer apontamentos mais específicos sobre os períodos, pois cada criança é única na forma de abstração do meio ambiente que a permeia (ELKONIN, 2012). Porém D. B. Elkonin (2012) chegou a um padrão geral (com base em hipóteses) de períodos, estágios e fases da infância e adolescência. Como mostrado abaixo na imagem, cada época consiste em dois períodos conectados. O primeiro é o período da aprendizagem dos objetos de acordo com as necessidades, seu significado é abstraído no cotidiano. O segundo período é dominado pela aquisição de modos de ação com objetivos e o desenvolvimento de habilidades técnicas e operacionais.

Em todas as três épocas (mostradas na imagem abaixo) se estruturam sob os mesmos princípios, compostas de dois períodos regularmente conectados. A transição entre uma época e outra “é marcada por uma discrepância entre as capacidades operacional e técnica da criança e as tarefas e motivos que constituem a estrutura das quais essas capacidades são geradas” (ELKONIN, 2012, p. 169).

IMAGEM 1 – Esquema de períodos de desenvolvimento na infância e adolescência.



Fonte: Elkonin (2012, p. 169).

A respeito da sexualidade das crianças, é mito dizer que crianças pequenas não são seres sexuais, Sanderson (2008) cita alguns pesquisadores, como Kanner (1939), Lanbfeldt (1981a, 1981b), Marsters e Johnson (1986), que acreditam na capacidade de excitação sexual, desde antes do nascimento, descobrindo evidências de reações sexuais ainda no útero materno. Bebês do sexo masculino entre 3 e 20 semanas de gestação têm ereções reflexivas entre 5 e 40 vezes por dia, associados a chupar dedo, choro, aborrecimento. Essas ereções reflexivas são frequentes em crianças, que respondem a estímulos como amamentação, bexiga cheia e defecação. Também as ereções durante o sono são mais frequentes em crianças do que em adultos. Já nos bebês do sexo feminino as evidências de excitação sexual foram descobertas baseadas na quantidade de lubrificação vaginal. Todavia, a criança reage com uma ereção ou lubrificação durante, por exemplo, a troca de fraldas, pelo prazer sensorial ou emocional e não

como uma resposta erótica ou sexual, pois a criança ainda não sabe o que é isso, até que a digam e ela seja capaz de associar cognitivamente, compreendendo todas as dimensões e sentidos.

As crianças novas, de zero a certa idade não específica, variando a faixa etária de acordo com a cultura, ainda não possuem uma consciência da sua sexualidade, a princípio as respostas sexuais corporais se dão por reflexos inerentes ao biológico, provocadas externamente, mas com o passar do tempo elas vão descobrindo seu corpo e descobrindo aquilo que lhes estimulam sexualmente, ou seja, com o desenvolvimento físico e mental, inicia-se um processo de seleção e estimulação das respostas sexuais em fatores eróticos. A estimulação corporal, principalmente a direta dos seios ou mesmo genitais tornam-se sinais eróticos específicos, parte do amadurecimento sexual natural e não um distúrbio sexual é um processo inerente a todo ser humano (SANDERSON, 2008).

Os recém-nascidos utilizam das experiências sensoriais, como gosto, cheiro, toque, som, visão, para aprenderem sobre o mundo em sua volta. Os pais ou responsáveis pela criança, por sua vez, auxiliam a interpretar esses estímulos sensoriais, usando de palavras para descrever as experiências. Assim, “a criança que dá gargalhadas e ri alegremente quando alguém lhe coça os pés ou a barriga igualmente gargalhará quando tocarem sua genitália” (SANDERSON, 2008, p. 31). Essa criança ainda não compreende a conotação sexual da ação, todavia se os pais ou responsáveis pela criança expressarem, através de uma educação sexual simples, que aquilo não é algo bom, ela entenderá que aquilo não é bom e recusará qualquer ação relacionada. O problema é que para muitos responsáveis, falar sobre sexualidade para uma criança é algo constrangedor ou até mesmo dizem que sexualidade é somente coisa de adultos criando um tabu em torno do assunto e desconsiderando a sexualidade já presente nas crianças. Sem esse conhecimento prévio as crianças podem deixar ser seduzidas mais facilmente por agressores, porque elas não receberam uma orientação sobre o assunto (SANDERSON, 2008).

Outro mito que podemos elencar é acreditar que as crianças não irão compreender as explicações e as orientações, por serem muito jovens, não compreenderiam um assunto de “adultos”, um visão adultocêntrica, que desconsidera que as crianças também são seres sexuais.

O desenvolvimento do comportamento sexual em crianças com idade de 0 - 4 anos assume a forma de brincadeira, com o sentido da autodescoberta e deleite no corpo explorando as diferentes áreas e as semelhanças, como uma maneira de construir significados em relação ao mundo. Nessa fase a brincadeira é mais solitária, o “bebê descobre que, quando certas partes do corpo são tocadas [...] ou de outra forma estimuladas, sensações agradáveis ocorrem, e isso normalmente é descoberto por acidente” (SANDERSON, 2008, p. 35, 36). Se a experiência foi agradável é provável que se repita, em certos momentos o bebê toca ou acaricia as genitálias e dependendo de como é a reação dos pais, se batem na mão do bebê ou a afastam, o toque tem menos chances de se repetir. É nessa idade que a curiosidade e a exploração de outros corpos ocorrem, a criança pode mostrar suas genitálias para outras, bem como dar uma espiada nas genitálias das outras crianças.

No documentário *Babies* (2010), foi gravada uma cena que exemplifica o fato da exploração de outros corpos, a criança da Namíbia está explorando sua genitália, então outra criança se aproxima e as duas exploram juntas a genitália. É um momento de descoberta de si e do outro.

Portanto a masturbação e a atividade de acariciar as genitálias são comuns e normais, mesmo que sejam descobertas por acidente, quando o bebê explora o corpo de maneira aleatória. Embora esse ato seja uma prática normal, ela se manifesta diferentemente em cada cultura, em cada seguimento religioso e principalmente na aceitação por parte da família. Os responsáveis pela criança podem inibi-la ou até mesmo incentivar a sua sexualidade.

Não obstante, existem alguns comportamentos sexuais atípicos, que podem ser preocupantes, tais como: usar linguagem sexualmente explícita; mostrar um comportamento ou conhecimento sexual semelhante a um adulto; forçar o contato sexual com outras crianças; representa comportamentos sexuais de adultos com brinquedos ou objetos; tocar as genitálias de maneira compulsiva (SANDERSON, 2008). Esses comportamentos atípicos podem revelar que a criança está sofrendo alguma forma de violência sexual. Por mais que a sexualidade seja natural há comportamentos que extrapolam a normalidade e cabe atenção de toda a ordem social que se envolve com a criança.

No comportamento sexual de crianças entre 5 - 12 anos a aleatoriedade da masturbação pode ir se transformando em intenção erótica, principalmente com a aproximação da puberdade. De acordo com Kinsey et al. (1953 apud SANDERSON, 2008), por volta dos 5 anos, 10% das crianças terão tido sua primeira experiência homossexual, depois, atingindo 14% nas garotas com 9 anos e 39% dos garotos aos 12 anos, a porcentagem se dá de forma progressiva, conforme a criança vai ficando mais velha. O descobrimento mais profundo da sexualidade pode trazer mais fascinação ou inibição, dependendo do estímulo ou da coerção que a criança sofre em seu meio.

1.2 Sexualidade da adolescência.

Segundo o Art. 2º do ECA (BRASIL, 1990), adolescente é o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade e goza dos mesmos direitos da criança, pois se compreende que ambos os períodos são necessitados de direitos semelhantes. Todavia, embora gozem dos mesmos direitos, suas responsabilidades são diferentes, pois, eles são suscetíveis à aplicação de medidas socioeducativas, enquanto que um ato infracional cometido por uma criança é respondido pelo seu responsável legal.

Contrapondo o que Carvajal (2008) diz, quando afirma que a adolescência é um período em que nem é criança e nem é adulto, a adolescência deve ser reconhecida como um momento singular, que possui suas especificidades, os adolescentes devem ser vistos como sujeitos de direitos e as características que envolvem o período devem ser compreendidas e respeitadas. A adolescência não é meramente uma transição, entre a infância e a fase adulta, pois se assim fosse, todas as fases da vida seriam uma transição de alguma coisa para outra, assim ela é um momento da vida do ser humano que tem suas próprias qualidades.

É um período em que é regido, indiscutivelmente por acontecimentos genéticos, que se manifestam de maneira diferente em cada indivíduo e em cada estrutura cultural (CARVAJAL, 1998). Não só a cultura molda aquilo que se tem

delimitado por adolescência, mas é também um período de metamorfoses biológicas, com interferência da genética.

A partir desse ponto de vista, de uma efervescência genética, Carvajal lista quatro tipos de adolescência. A primeira é a adolescência amputada, onde em ambientes altamente repressivos “o adolescente se vê impelido, coibido, amputado, privado de manifestar de forma direta seus conflitos essencialmente adolescentes” (CARVAJAL, 1998, p. 29). Esse ambiente é altamente frustrante, o adolescente é impedido de desenvolver suas potencialidades, guardando suas frustrações no mais recôndito de seu ser, só podendo manifestar-se em situações-limites como a embriaguez, o ato de delinquente ou a loucura em alto grau.

Carvajal (1998) elucida que o fenômeno da adolescência em condensação simbólica (segundo tipo) desapareceu em grande parte no mundo moderno, todavia no Brasil ainda é possível verificar esse acontecimento. Ele diz respeito ao condensamento da situação de adolescente em um ritual simbólico, uma passagem e mudança de condutas em um único momento muito esperado, como uma menina que ao completar seus quinze anos deixa de lado as brincadeiras com bonecas e em apenas um dia se transforma em mulher. E um menino que acaba de completar seus 18 anos se transforma em homem, pode agora adentrar em lugares que um dia atrás não poderia.

É um ritual cultural específico, tanto quanto curioso, talvez ele ainda seja marcante na cultura brasileira, pelo fato de ainda ser um país fortemente conservador. O ritual também pode revelar que existe relação entre a cultura e o que se define como, criança, adolescente e também abuso sexual.

Outro fato considerado como ritual simbólico de passagem, é a atual discursão da redução da idade penal. Visando na imediatividade da ação, a diminuição da criminalidade, porém, é uma ilusão. O ritual de passagem pode gradativamente sofrer alterações, da adolescência, a responsabilização dos atos criminais, poderia passar para a infância. A diminuição da idade penal seria uma forma de desconsiderar as especificações da adolescência, ou mesmo da infância, assim como o cenário de desigualdades sociais históricas que o Brasil atravessa.

O terceiro tipo é a adolescência exuberante, oposto do tipo anterior, nela o adolescente possui um perfil comportamental decorrente direto de suas

necessidades borbulhantes, ele não economiza comportamentos, modas ou demonstrações que permitam mostrar sua inconformidade ou seus desejos. Nessas condições ele pode manifestar suas situações críticas de desenvolvimento, com a certeza de que seu meio vai recebê-lo bem e permitir seu desenvolvimento sem coerções, um perfil de ambiente contrário a esse, é a gênese de um adolescente “atormentado, desbocado, desordenado, agitador, antissocial, reivindicador, ligado a gangues, destruidor de seu meio social e ambiental [...]” (CARVAJAL, 1998, p. 34).

Diferentemente das anteriores, que eram afetadas por fatores externos, o quarto tipo é a adolescência abortada, esse processo da adolescência se dá na interiorização do seu meio e sua decisão de abortar o processo normal de desenvolvimento, por meio de quadros obsessivos ou psicoses. É um fenômeno complexo que consiste na permanência fixa em certos comportamentos que não condizem com sua etapa, uma dinâmica de imobilidade (CARVAJAL, 1998).

Segundo o autor (CARVAJAL, 1998) existem certos elementos estruturais qualitativos, que diferenciam os fenômenos da adolescência em três tipos de etapas: a puberal, das mudanças físicas e transformações naturais biológicas hormonais; a nuclear, apresenta a necessidade do adolescente em ser aceito e pertencer a um grupo social; e a juvenil, inicia-se a vida adulta.

As mudanças físicas tão drásticas que ocorrem nessas etapas e as mudanças entre etapas afetam a mente podendo resultar no isolamento, introversão, episódios depressivos, ideias suicidas e até autodestruição. A adolescência é um momento de rupturas, de identificação, de transformações, por isso é um processo frequentemente angustiante e doloroso. A crise de identidade consiste na necessidade de identificação consigo mesmo, um momento de definição de si mesmo. Quando se esbarra no enfrentamento das normas ou imposições geradas nas tentativas do adulto em exercer autoridade sobre o adolescente, ocasiona a crise da autoridade. A crise sexual resulta na emergência de um novo modelo psicológico no manejo dos impulsos libidinais em acentuação (CARVAJAL, 1998).

O quadro abaixo representa as crises em cada uma das etapas descritas da adolescência:

TABELA 1 – Crises e etapas da adolescência.

	ADOLESCÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DAS CRISES		
		Crise sexual	Crise de identidade	Crise de autoridade
1º etapa	Puberal	<ul style="list-style-type: none"> • Introversão libidinal • Auto-erotismo • Amizade íntima • Hipoinvestimento do ego corporal 	<ul style="list-style-type: none"> • Confusão • Regressão • Ambivalência • Dessimbiotização 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento • Desobediência • Evitação • Desidealização
2º etapa	Nuclear	<ul style="list-style-type: none"> • Superinvestimento especular narcisista • Namoros compartilhados 	<ul style="list-style-type: none"> • Onipotência grupal • <i>Self</i> compartilhado • Moda 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização em gangues • Rebelião • Ruptura normativa: antiadulto
3º Etapa	Juvenil	<ul style="list-style-type: none"> • Heterossexualidade • Escolha de parceiro sexual 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualidade • Intimidade • Independência 	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação • Reconciliação com os pais

Fonte: Guilherme Carvajal. Tornar-se adolescente a aventura de uma metamorfose (1998, p. 69).

Destarte, os processos de transformações hormonais, físicas e psicológicas, bem como as crises e o brotamento de uma sexualidade mais madura, são inerentes ao período da adolescência. Mesmo que no passado não fossem reconhecidos, todos esses fatores ocorriam. Ainda hoje nas diferentes culturas se têm diferenciações conceituais e algumas fases do período são adiantadas ou atrasadas, em uma relação cultural ou de mercado, entretanto eles continuam com o mesmo estilo próprio do ser adolescente.

1.3 Abuso sexual de crianças e adolescentes

A caracterização do termo criança e adolescente permite compreender o que é o abuso sexual, pois ele provoca interferências na evolução natural desses períodos, confunde e distorce a compreensão sobre o mundo e as relações sociais, como será apresentado adiante.

Silva Junior e Rosa Junior (2014) apresentam a violência sexual contra crianças e adolescentes como um gênero, que por sua vez, se divide em espécies,

são elas, o abuso sexual, nas modalidades intra e extrafamiliar, e a exploração sexual que se divide em quatro modalidades: a prostituição, o tráfico para fins sexuais, o turismo sexual e a pornografia.

Na exploração sexual as crianças e adolescentes são transformadas em mercadorias, para fins lucrativos (LEAL, 2012). Para atingir os fins são usados meios de coação ou persuasão, podendo haver um intermediário, que age como aliciador. A criança e o adolescente explorados sexualmente são vítimas de um sistema perverso e muito lucrativo de redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico de pessoas e turismo sexual.

No abuso sexual não se tem a violência sexual para fins lucrativos, mas sim para satisfação única daquele que abusa sexualmente. O abuso sexual traduz a utilização do corpo de uma criança ou adolescente para qualquer fim sexual por um adulto, ou até mesmo por um adolescente. O adulto e o adolescente, agressores sexuais, geralmente são próximos e possuem a confiança da criança ou do adolescente, que está em desvantagem de poder. Porém o abuso sexual, além de ocorrer nas relações intrafamiliares, é passível de ocorrer também nas relações extrafamiliares, mesmo que essa seja minoria, podendo ser um amigo da família, vizinho ou conhecidos, por exemplo, de forma a exercer uma relação de confiança e de poder (BAPTISTA, 2008).

O abuso sexual de crianças e adolescentes se divide em duas vertentes, intrafamiliar e extrafamiliar. O Ministério da Saúde expressa que “A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2002, p. 17). A violência intrafamiliar não se distingue pelo local da violência, mas sim pelo fato de poder ser cometida por algum membro da família, consanguíneo e também aquelas pessoas que assumiram uma função parental, mesmo que sem laços de consanguinidade.

Já o abuso sexual extrafamiliar, assume as mesmas características prejudiciais ao bem-estar da violência intrafamiliar, porém o agressor é algum membro da sociedade sem um laço parental com a vítima.

Nem todo abuso sexual de crianças e adolescentes pode ser considerado pedofilia¹, pois, ela é um transtorno de preferência sexual por crianças, classificado como parafilia e é também classificada, juntamente com outros transtornos, como o voyerismo, exibicionismo, fetichismo, travestismo fetichista e sado masoquismo (FELIPE, 2006). Assim como, em práticas patriarcalistas, muitos dos agressores sexuais podem não ter esse transtorno, mas veem na inicialização sexual das vítimas, um papel social a ser desempenhado. A pedofilia é na verdade uma questão de percepção e análise classificatória na área da psicologia. Em fim, essa é uma discussão cheia de controversos, mas que para essa pesquisa é relevante a existência de qualquer violência sexual nas relações intrafamiliares e extrafamiliares, independentemente do quadro clínico e psicológico do agressor e da vítima.

Sobre as conceituações legais, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal (BRASIL, 2006) define o abuso sexual de crianças e de adolescentes como todo ato, exploração, jogo, relação hétero ou homossexual, ou vitimização provindos de um adulto, adolescente ou mesmo uma criança mais velha, que usando do poder, da diferença de idade, do conhecimento sexual, age visando satisfação própria.

No Código Penal brasileiro, dos crimes contra a dignidade sexual, estupro é quando se constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. Assim, dos crimes sexuais contra vulneráveis, o Código Penal decreta crime ter conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Também é crime, o aliciamento de menores de 18 (dezoito) anos na forma de exploração sexual (BRASIL, 1940).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) compreende que todos os atos libidinosos que envolvam a criança e o adolescente são crimes em espécie que abrangem todas as possibilidades libidinosas, como produzir ou mesmo portar material de sexo explícito ou pornografia, seja em vídeos e, ou em fotos, que envolva cenas e imagens de

¹ Nas suas origens, o termo pedofilia designava o amor de um adulto pelas crianças, a palavra vem do grego antigo paidophilos: pais = criança e phileo = amar (FELIPE, 2006).

sexo explícito de crianças e adolescentes, até mesmo disponibilizar esse material à criança.

Essas crianças e adolescentes que sofrem pelos atos criminosos descritos acima estão em um processo de amadurecimento e de descoberta corporal, eles não estão totalmente conscientes da sua sexualidade e de todas as complexidades a respeito do sexo (SANDERSON, 2008). Em uma relação de diferença assimétrica, como de idade, de tamanho ou de poder, o agressor sexual se aproveita da proximidade de relacionamento com a criança ou adolescente para cometer o abuso sexual.

O abuso sexual causa danos físicos e psíquicos, a curto ou longo prazo. Dependente de diversos fatores, crianças e adolescentes podem manifestar os sintomas dessa violência de muitas maneiras nas suas relações sociais. Como por exemplo, alterações de comportamento, retraimento, até mesmo a repetição do abuso sexual com outras crianças menores (SANDERSON, 2008).

A violência sexual vai acontecendo de forma repetitiva, insidiosa, em um ambiente relacional favorável ao agressor, sem que a criança ou adolescente tome, inicialmente, consciência do que está acontecendo. Logo, o agressor sexual coloca a vítima como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada pelo abuso (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005). Se a criança ou adolescente, internamente associa a situação, como sendo elas próprias participantes de sua própria violência, internamente, sentem-se culpadas e responsabilizadas, assim, desse ponto, inicia-se o silêncio.

Há um silêncio que envolve o abuso sexual, principalmente se a violência provir de conhecidos ou algum membro da família. Não se limita no silêncio da vítima, mas pode envolver várias outras pessoas, como familiares, parentes, vizinhos, professores e até mesmo uma comunidade. Verifica-se uma verdadeira ocultação do abuso sexual, por vezes, hipocritamente, a violência é pouco assumida pela sociedade como um crime (FALEIROS e FALEIROS, 2006), talvez como um resultado histórico de práticas patriarcais, que além de silenciarem as vítimas, silenciam vários outros membros da família.

A pesar disso, vê-se um processo de descortinação, o abuso sexual de crianças e adolescentes tem sido cada vez mais revelado e tomado como inaceitável pela sociedade. No Brasil, cada vez mais é rompido o silêncio em torno do abuso sexual, não só de crianças e adolescente, mas também de mulheres, prova disso são os investimentos governamentais na ampliação dos meios de denúncia, como o disque 100, o ligue 180 e Delegacias especializadas. No Portal SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência) foram registradas no Brasil, entre o início do ano de 2009 ao dia 31/08/2015, um número de 15056 (quinze mil e cinquenta e seis) denúncias no quesito violação de direitos envolvendo violência sexual – abuso sexual. As violações contra o sexo feminino são numericamente, em geral, três vezes superiores às violações contra o sexo masculino.

Labadessa e Onofre (2010) descrevem que é possível compreender o abuso sexual infantil em situações em que a criança é usada para gratificação de necessidades ou desejos sexuais com pessoa mais velha para a qual a criança seja incapaz de dar um consentimento consciente em virtude de assimetrias de idade, tamanho ou de poder. O abuso sexual pode envolver violência direta, e ocorrer em diferentes formas, seja por meio de contato físico direto (beijos, masturbação, relação sexual, entre outros) ou por via indireta (encorajar a criança a assistir contatos sexuais ou ouvi-los, observar a criança nua ou despindo-se, fotografar a criança para uso erótico posterior, expor a genitália deliberadamente, entre outros).

Destarte, é perceptível que o abuso sexual de criança e adolescente integra um conjunto de abusos, que são passíveis de ocorrerem, não necessariamente, todos ao mesmo tempo, pois de certa maneira um pode dar sequência ao outro. São fatores que integram o abuso sexual: Abuso físico; Abuso emocional; Negligência; Abuso sexual (SANDERSON, 2008).

Sanderson (2008) utilizando das definições do Departamento de Saúde do Reino Unido (2003) explicita cada um dos fatores apresentados anteriormente, de modo que, o abuso físico é bater, sacudir, arremessar, envenenar, queimar ou escaldar, afogar, sufocar ou, de outra forma, causar danos físicos a uma criança, bem como provocar doenças. Os abusos emocionais são maus tratos emocionais contínuos de uma criança com a intenção de causar efeitos adversos severos e contínuos ao seu desenvolvimento emocional, também, transmitir à criança ideias

depreciativas, como inutilidade, não amada, inadequada ou até valorizada apenas quando satisfaz as necessidades do agressor sexual, implicando que a criança possa sintá-se constantemente assustada.

A negligência é o fracasso constante em satisfazer as necessidades físicas e, ou psicológicas de uma criança, o qual pode resultar em deterioração séria da saúde ou do desenvolvimento da criança. Já tratado anteriormente, o abuso sexual consisti em forçar ou iniciar uma criança ou um jovem a tomar parte em atividades sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo (SANDERSON, 2008).

As faixas etárias com maior potencial de abuso sexual, encontradas por Martins e Jorge (2010), são entre os 10 e 14 anos, período de transição da infância para a adolescência, onde sucedem as mudanças físicas e as crises. Os agressores se beneficiam das condições de criança e adolescente para sua própria satisfação. Como mostrado anteriormente, as crianças e adolescentes passam por momentos de aprendizados, são seres em desenvolvimento e adaptação aos modos e condutas sociais. Essa diferença de conhecimento sexual entre crianças e adolescentes e entre adultos pode ser usada como uma técnica para se cometer o abuso sexual. Uma vez que as crianças confiam nos adultos, principalmente os pais, para interpretar o mundo a sua volta, assim os agressores, que estão em posição de poder superior, distorcem a realidade de forma a persuadir a criança ou adolescente a satisfazer suas vontades.

Algumas vezes usam também de abusos físicos, emocionais e negligências para cometerem o abuso sexual. Buscam distorcer a realidade e confundir as crianças e adolescentes sobre sua sexualidade e a sexualidade da sociedade, para que elas acolham o abuso como algo normal e aceitável socialmente. Com os adolescentes, os agressores sexuais se aproveitam das crises típicas da idade, oferecem objetos de fetiche entre os jovens da idade, em troca de atividade sexual. O adolescente necessitado de se inserir em grupos vê nessa troca sexual, uma oportunidade de ter acesso a algum bem que o faria ser mais bem aceito entre os grupos.

Por isso os agressores sexuais procuram escolher crianças vulneráveis, principalmente aquelas carentes que se sentem abandonadas, não

amadas, com baixa-estima e inseguras, pois essas serão mais suscetíveis às investidas, o agressor sexual, partindo dessa situação, vai tentar preencher qualquer vazio que elas tenham, fazendo-as se sentirem “especiais” (SANDERSON, 2008).

Desse modo manterão segredo, pressionadas por alguma forma de abuso, principalmente o emocional, pois até mesmo uma criança abusada que tem uma atenção especial do agressor, se silencia, com medo de perder essa atenção especial. Por mais que o abuso sexual de crianças e adolescentes sobrevenham em todas as classes sociais, as mais desfavorecidas economicamente são as que mais sofrem com o abuso sexual, justamente por vivenciarem diversas vulnerabilidades. Portanto, esse perfil de agressor é aquele que aparentemente é carinhoso, que cuida e brinca com a criança, diferentemente do senso comum do agressor sexual caricato e fácil de ser reconhecido, como o “velho do parque”, que fica atrás das crianças. Esse tipo de agressor sexual caricato juntamente com os violentos e agressivos, que estupram em um contexto de rapto e nem mesmo buscam obter o consentimento da vítima, representam um contingente de apenas 13% dos abusos sexuais, devido ao fato de 87% ocorrerem por pessoas próximas que ninguém desconfia² (SANDERSON, 2008).

O problema é que não só as crianças e adolescentes são aliciadas pelo agressor, os pais igualmente são enganados, pois acreditam que a violência sexual provém de pessoas estranhas, enquanto na verdade os abusos sucedem por pessoas próximas da vítima e muitas vezes de confiança dos pais. O comportamento carismático, simpático e compreensivo do agressor sexual, potencializa a sedução emocional dos pais, que muito rapidamente se envolvem na sua amizade e se tornam dependentes de sua ajuda. Isso facilita a possibilidade do agressor conseguir ficar a sós com a criança, pois conquistou uma posição de confiança dos pais e da própria criança, assim podendo dela abusar (SANDERSON, 2008).

Para começar o processo de aliciamento, o agressor sexual, predisposto a abusar sexualmente de crianças e adolescentes, precisa superar os fatores inibitórios internos e externos, assim ele fantasia e se masturba, imaginando

² Os dados percentuais apresentados por Sanderson (2008) são provavelmente provindos de pesquisas no Reino Unido, porém esses dados são relevantes, uma vez que o abuso sexual assume características muito semelhantes ao redor do mundo, revelando assim um estigma de característica inerente à ordem econômica global.

em sua cabeça os procedimentos do abuso sexual, para isso usa muitas vezes da pornografia infantil, o que o alimenta e dá forças para vencer o inibidor interno. Os fatores inibitórios externos são os impostos pela moral social, por leis que criminalizam o ato, pelos pais da criança e a própria resistência da criança (SANDERSON, 2008). Para quebrar a resistência, o agressor usa de artimanhas que distorcem a percepção e a experiência, tanto dele próprio quanto da vítima, pois nega o impacto moral e psicológico do abuso sexual de crianças e adolescentes, desvalorizando e desumanizando a vítima (MURPHY, 1990 apud SANDERSON, 2008). O quadro abaixo dá exemplos das distorções cognitivas que os agressores sexuais (pedófilos)³ provocam:

TABELA 2 – Distorções que o pedófilo causa.

Exemplos Comuns de Manipulação de Crianças por parte de Pedófilos	
<i>O pedófilo diz</i>	<i>A criança interpreta como</i>
'Veja o que você me fez fazer.'	'Eu reconheço que fiz isso; foi minha culpa.'
'Você gosta disso, você está sorrindo.'	'Eu devo gostar disso porque eu não choro.'
'Tome algum dinheiro.'	'Estou sendo paga.'
'Você pegou o dinheiro.'	'Sou um prostituto/prostituta.'
'Você fez de graça.'	'Eu devo ter gostado.'
'Você é muito bonita.'	'Eu atraio isso.'
'Você deveria ter dito não.'	'Eu não disse não, portanto, eu quis isso.'
'Você voltou.'	'Eu devo ter querido isso.'
'Você começou o jogo.'	'É verdade. Deve ser culpa minha, então.'
'Você não contou.'	'Não pode ser tão errado assim.'
'Lamento.'	'Tudo bem.'

Fonte: Sanderson. Abuso Sexual em Crianças (2008, p. 234).

O impacto do abuso sexual de crianças e adolescentes pode variar de vítima para vítima, depende também como se procedeu o abuso, se ele, o agressor

³ Sanderson (2008) chama os agressores sexuais de pedófilos, todavia, para este trabalho, afastando dos agressores uma justificativa clínica para as violências cometidas, foi preferível nomear aqueles que abusam sexualmente, de agressores sexuais. No ponto 1.3, esse fator será melhor explicado.

sexual, usou de violência física, emocional, etc. É possível ter crianças e adolescentes que foram abusadas, mas que gostam do agressor, pela atenção especial que esse lhe oferece. O ato sexual foi tão distorcido que a criança entende que aquela é uma forma normal de socialização e que é um comportamento normal social, o brincar é distorcido. Os agressores sexuais usam dele para ensinarem brincadeiras sexuais. Mas isso não diminui a violência do abuso sexual, primeiro porque aquele que abusa sexualmente usa da diferença de tamanho ou idade, ou também de seu lugar social, onde “crianças devem respeitar e obedecer aos mais velhos”, assim ele pode enganar e se aproveitar do não conhecimento das crianças.

Segundo que os efeitos podem vir mais tarde na vida dessa criança, quando ela se deparar com a realidade social. O abuso sexual revelado pode até mesmo ser estigmatizada pelo preconceito de outras pessoas, principalmente se a vítima for do sexo feminino, já que muitas vezes elas são culpabilizadas pela violência sexual sofrida. Esse fato se dá, principalmente pela sociedade machista, em que até mesmo mulheres reproduzem o machismo, de forma a condenar moralmente a vítima do sexo feminino pela própria violência sofrida, responsabilizando-a por provocar o agressor a abusá-la. Várias vezes colocando a culpa na vítima até mesmo pelas suas vestimentas, o que na verdade descaracteriza e desresponsabiliza o crime.

É possível que a vítima chegue ao orgasmo ou até sinta prazer durante o abuso, como já foi explicado, adolescentes tanto quanto as crianças são seres sexuais, que se estimulados sexualmente respondem ao estímulo. Mas essa resposta do corpo trai a criança e o adolescente, ela sente algo de ruim, medo nas violências que seguem a agressão, mas seu corpo responde de forma contrária, causando uma grande confusão e dor interna, fazendo com que as vítimas realmente acreditem nas mentiras do agressor, como mostra o quadro acima.

Outros impactos do abuso sexual de crianças e adolescentes, dependendo da particularidade de cada vítima, podem refletir na saúde física e mental das vítimas, deixando marcas internas profundas e causando danos irreparáveis em seu desenvolvimento, procedendo no impacto na vida reprodutiva e sexual, além das “lesões genitais e anais [...] presença de doenças sexualmente transmissíveis (infecções gonocócicas e sífilis), lesões por mordedura, alopecia por arrancamento dos cabelos [...]” (GUERRA, 2000 apud MARTINS e JORGE, 2010, p.

253) e também possivelmente gravidez. Os efeitos do abuso sexual são inegáveis, acontecem com diferentes proporções, podem ser imediatos ou internalizados e externalizados mais adiante em suas vidas.

Muitas dessas sequelas potencializam as vítimas a adquirirem alguma patologia ou vício, como a depressão, ansiedade, risco de autodestruição, suicídio, baixa autoestima, problemas nas relações sociais, déficit de atenção, hiperatividade, capacidade cognitiva e linguagem comprometidas, uso abusivo de álcool e drogas, além da possibilidade de perpetuação da violência, em alguns casos, repetindo a violência sexual em outras pessoas (MARTINS; JORGE, 2009).

Entre as consequências do abuso sexual, está à possibilidade de induzir a criança ou o adolescente à promiscuidade e a inserção no mercado de exploração sexual. Há uma ligação entre o abuso sexual de crianças e adolescentes e a prostituição, muitas crianças e adolescentes que tiveram uma experiência de abuso sexual se tornaram prostitutas ou garotos de programa. Essa hipótese se confirma na pesquisa de Leal (2012), sobre a trajetória social da criança e do(a) adolescente em situação de exploração sexual na rodoviária e no setor comercial sul de Brasília, onde é desvendado que quase todos os entrevistados em situação de exploração sexual, tiveram uma história anterior de abusos sexuais e em alguns casos conduziu diretamente as vítimas ao mercado de exploração sexual⁴.

Cada vítima do abuso sexual tem suas especificidades, contudo em um perfil breve⁵ e genérico, as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual são em grande maioria do sexo feminino estimando-se que sejam um contingente de 73% contra apenas 27% do sexo masculino (CHILDLINE, 2003 apud SANDERSON, 2008), dado que se aproxima dos 74,2% levantados na análise das notificações de abuso sexual no município de Londrina - PR (BRASIL), lá foram notificados 186 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes (de 0 a 14 anos) no município de Londrina - PR, no ano de 2006 (MARTINS; JORGE, 2010). A maioria dos crimes (87%) são cometidos por pessoas conhecidas da criança (SANDERSON, 2008) sendo que, nas relações incestuosas a maioria dos abusos sexuais (53,14%) ocorreu por parentes próximos e consanguíneos, entre pais e filhos e entre irmãos (COHEN; GOBBETTI, 2015).

⁴ Cf. Capítulo 3, onde está presente a análise dos dados secundários da pesquisa de Leal (2012).

⁵ O próximo capítulo traz com maior propriedade o assunto e o relaciona com o patriarcado.

Esse último dado revela que também as próprias crianças e adolescentes podem ser os agressores sexuais, mesmo que muitos deles repitam o trauma sofrido pelos adultos. Apesar da existência de diversos tipos de agressores sexuais, as pesquisas⁶ (COHEN E GOBBETTI, 2015) demonstram que não somente homens abusam, mas mulheres também são agressoras sexuais. As pesquisas que apontam um número de mulheres que abusaram sexualmente entre 20% e 25%, talvez sejam controversas, contestações se embasam na possibilidade dos parceiros homens coagirem e obrigarem as mulheres a cometerem junto com eles o abuso sexual (SANDERSON, 2008), ou seja, o possível real motor por detrás dos abusos sexuais pode estar relacionado com o machismo e o patriarcado.

⁶ Cf. O estudo se encontra em <<http://www.researchgate.net/publication/265263117>>. Nele foi realizado um quadro geral com dados de prontuários dos pacientes atendidos pelo CEARAS (Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual) desde o início de seu funcionamento em junho de 1993 a dezembro de 1999. No período considerado, este serviço atendeu 84 casos de abuso sexual intrafamiliar, realizando 39 atendimentos familiares e 82 atendimentos individuais.

CAPÍTULO 2. UMA VISÃO HISTÓRICA: O PATRIARCADO E A HISTÓRIA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

2.1 O que é patriarcalismo?

De acordo com Engels (1984) quando se firmou a família monogâmica e a herança sobre a propriedade privada, o homem tomou a posição mais importante na família, passando assim, do direito hereditário materno para o paterno, estabelecendo-se a herança consanguínea do pai para os filhos. Portanto, marcou-se “*a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*” (Engels 1891, p. 61), a dominação do homem sobre a mulher e também sobre os filhos, ou seja, o patriarcado.

O homem apoderou-se da direção da casa, a mulher foi convertida a servidora, em mera reprodutora, uma escrava da luxúria do homem. Ela estava sempre sob a tutela de seu pai, de seu marido ou um parente próximo. Tanto na sociedade romana quanto na grega, as mulheres tinham participação limitada, não possuíam plenos direitos jurídicos e não podiam ser proprietárias (BELIZÁRIO, 2006), pois estes papéis de cidadão livre e proprietário eram destinados ao homem, que se encontrava em posição superior. No momento em que o patriarcado foi estabelecido, conjuntamente foram estabelecidas condutas e códigos sociais que ofereciam à mulher uma posição de subordinação, sempre de passividade e inferioridade em relação ao homem.

A família, mulher e filhos eram de propriedade do chefe da casa, ele teria domínio completo sobre a vida desses membros, com efeito, se assim decidisse, poderia matá-los, até abusá-los sexualmente que estaria justificado, pois eram de sua posse e estava apenas exercendo o seu direito (ENGELS, 1984). Todos os membros que compunham a família significavam tanto quanto um pedaço de terra, ou uma mercadoria, eles pertenciam a um dono, o mesmo que possuía o total direito sobre suas vidas. O que acontecia dentro da família tornava-se algo sigiloso, ninguém poderia intervir e todo assunto relacionado a um dos membros deveria ser tratado de antemão com o chefe da casa.

Todos os membros da família eram subordinados ao chefe da casa, mulheres e filhos de ambos os sexos, porém dentre eles havia outro corte hierárquico, o sexo feminino era, de certa forma, sempre subordinado ao sexo masculino, de modo que independentemente da idade o homem tinha um papel de maior importância. As atividades relacionadas ao sexo masculino eram superestimadas, sempre havia vantagens e prerrogativas em detrimento das atividades femininas (ENGELS, 1984).

Da sociedade da Idade Média ao renascimento e idade moderna, a hegemonia masculina continuou assinalada, a mulher ainda estava sob a dependência masculina, mesmo que tenha passado pelos períodos românticos, das conquistas e cortês, a condição das mulheres não se alterou do âmbito familiar e doméstico, continuaram com o mesmo papel social. Os status sociais de importância do período, como o de conquistador, de cavalheiro, galanteador eram direcionados ao homem, as mulheres eram meras espectadoras da sua história (ENGELS, 1984).

Quando se deu início a revolução industrial, a pobreza instaurou-se de tal forma que as mulheres tiveram que sair do ambiente doméstico para trabalhar nas indústrias têxteis, para a sobrevivência da família. A demanda por mão de obra, nas crescentes indústrias ultrapassou a oferta de mão de obra masculina, assim mulheres e crianças foram obrigadas a vender sua força de trabalho como única forma de sobrevivência. Dentro das fábricas têxteis o patriarcado imperava sobre as mulheres e crianças, elas recebiam um salário bem inferior ao dos homens e estupro era comum (HUBERMAN, 2008). Todavia, mesmo trabalhando nas fábricas, as mulheres não perderam sua ligação aos trabalhos domésticos.

Em uma perspectiva dialética marxista, o homem seria o burguês, e a mulher e os filhos, o proletariado, um na categoria de dominação e o outro de exploração (ENGELS, 1984). Entretanto, esse ingresso das mulheres no mundo do trabalho veio paulatinamente engajando-as a lutarem pelos seus direitos, abrindo espaços para uma possível sociedade horizontal.

É plausível falar sobre a existência de um patriarcado moderno, mesmo entre as conquistas das mulheres, é perceptível que o patriarcado, mesmo que levemente modificado, ainda mantém sua essência, principalmente em locais de forte conservadorismo, como o Brasil. Pateman (1995) elucida que a história do

matrimônio foi conduzida originalmente com contratos sociais, onde silenciosamente existia outro contrato, o sexual. Nesse ponto, a mulher era subordinada em todos os aspectos, nos seus serviços domésticos e sexuais gratuitos.

Todavia, está em curso o processo de desmitificação do abuso sexual, as mulheres, antes caladas e oprimidas, passaram a denunciar. Segundo Cohen e Gobbetti (2015) são elas que mais denunciam os abusos sexuais, já que 48,31% das denúncias de incesto de crianças e adolescentes encaminhadas ao CEARAS (Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual), entre junho de 1993 a dezembro de 1999, foram feitas pela mãe e 23,60% pelas vítimas, que são do sexo feminino em sua maioria. O fato das mulheres serem as maiores denunciadoras alia-se ao fato de serem elas também as maiores vítimas, e os homens os maiores agressores.

É nesse contexto obscuro e patriarcal, de opressão e silêncio, que o abuso sexual vem sucedendo ao longo dos séculos em mulheres, crianças e adolescentes. Se hoje ele tem sido paulatinamente descortinado e posto às claras, isso em comparação com o passado é resultado de um longo processo histórico de luta pela igualdade, e também do desgaste do modo econômico de acumulação do capital, via patriarcalismo.

2.2 Resgate histórico do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Quanto mais se regride na história, mais baixo se encontra o nível de cuidado com crianças e adolescentes, e maior probabilidade de serem mortas, abandonadas, aterrorizadas e sexualmente violentadas (DEMAUSE, 2014). Há uma grande lacuna nos registros históricos das atividades sociais que envolviam crianças, Ariès (2014), por exemplo, relata que a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Talvez esse fato seja intrínseco ao patriarcado, porque homens eram exaltados na sociedade, nas artes, esportes, literatura, etc. Enquanto as mulheres e crianças eram silenciadas e excluídas, por isso essa grande lacuna de registros.

Nos registros históricos que existem é descoberto narrativas de descaso com crianças e adolescentes e quanto mais se avança nos períodos históricos, até os dias atuais, mais se nota a preocupação com elas, pois no decorrer evolutivo da história, progressivamente as crianças e adolescentes foram sendo reconhecidas como dependentes de direitos especiais. Sobre isso, DeMause (2014) abre duas hipóteses justificando a evolução das relações entre pais e filhos, a primeira foi quando os pais, lembrando de sua infância, passaram a aperfeiçoar a infância dos filhos.

A segunda compreende a evolução dos pais em atender as necessidades de desenvolvimento das crianças, portanto evoluíram as relações. Assim, pode se dizer que no passado existiu um período em que quase todas as crianças foram abusadas sexualmente. Ponto que levou Ariès (apud DEMAUSE, 2014) afirmar que fazia parte da tradição amplamente difundida brincar com as partes íntimas de uma criança. Agora, no presente, se consideramos o que Ariès disse, os números de abuso sexual diminuíram em relação as ocasiões passadas.

Nos padrões históricos do abuso sexual em crianças foram encontradas evidências difusas. O abuso sexual nem sempre foi reconhecido como violência sexual, a evolução histórica da infância é caracterizada por passar do abuso sexual de crianças para empatia, do incesto com crianças ao amor à criança (DEMAUSE, 2014). Ou seja, se hoje o imaginário em torno de uma criança e de um adolescente, é de proteção e empatia, no passado tinha-se o imaginário que com elas deveria se ter relações sexuais. O que tomamos atualmente como algo inadmissível, já foi tomado como admissível e largamente difundido.

A trajetória histórica revela a diferença entre os contextos culturais, raça, consciência étnica, classe e tempo histórico, através do significado do que é abuso sexual na infância. Lloyd DeMause (2014) escreveu de maneira extensa, sobre evidências históricas do abuso sexual de crianças, fato que, sempre esteve ligado diretamente à conceituação de infância, que por sua vez, se dava, por meio dos padrões e normas das sociedades.

As crianças da idade média serviam para satisfazer as vontades e expectativas dos adultos, os pais colocavam sobre elas suas projeções, como se

elas fossem eles mesmos ⁷, sendo servas dos pais, ou de outras famílias. Grande parte dos trabalhos eram realizados por crianças, uma vez que eram vistas como miniaturas dos adultos (DEMAUSE, 2014). Na antiguidade, o padrão de cuidado dos filhos tinha como base a ideia comum de que a existência das crianças tinha por fim atender às necessidades e comodidades dos adultos, principalmente os homens, chefes de família, quaisquer que fossem as necessidades, de trabalhos comuns, ou os desejos sexuais.

No período que ocorre o *modo de infanticídio* (DEMAUSE, 2014) as filhas eram comumente estupradas. Não só meninas, mas também meninos eram sujeitos ao estupro, para satisfazerem as vontades dos homens. Há registros de sodomia e sadismo, as crianças eram surradas com diversos instrumentos, de modo geral, que provocavam excitação sexual na pessoa que as administrava (sodomia e sadismo). Também existem evidências de gangues de adolescentes que atacavam crianças mais novas e cometiam estupros.

Crescer na Grécia e em Roma significava ser usado sexualmente por homens mais velhos, o uso sexual infantil era evidente e amplamente difundido em toda a parte, bordeis de meninos floresciam em todas as cidades. Os pais (homens) quando não eram eles próprios incestuosos, eram de certa forma cúmplices dos agressores sexuais, entregavam os filhos para outros agressores, quando não, os vendia para os bordeis. Na Roma Imperial crianças castradas eram especialmente excitantes para os homens da antiguidade, meninos castrados eram “objetos de volúpia” e bebês eram castrados para serem usados em bordeis, sodomizados por homens que os tinha por preferência (DEMAUSE, 2014).

As crianças muitas vezes eram receptivas as necessidades dos adultos, pois elas confiam neles, principalmente nos pais, para interpretar o mundo, então se eles falam que uma determinada atitude é dever da criança, provavelmente a criança aceitava o que lhe fora imposto. Esses pais distorciam o mundo para violentar as crianças. A violência é uma relação de forças caracterizada num polo pela dominação e no outro pela coisificação (CHAUÍ, 1985 apud ARAÚJO, 2002), ou seja, o patriarcado pode ser nomeado como uma violência, na medida em que domina e coisifica os demais sujeitos. No que se diz sobre crianças,

⁷ É possível adotar a projeção dos pais nas crianças, também na realidade atual.

adolescentes e mulheres, no que abrange o abuso sexual, o patriarcado retira a humanidade das vítimas, tornando-as objetos.

Na antiguidade e idade média, crianças nascidas defeituosas eram culpadas por suas desgraças e de modo comum, livravam-se das crianças indesejadas. Um fator marcante do patriarcado desse período é que, em geral, se permitia viver o primeiro recém-nascido, contanto que fosse menino, pois meninas valiam pouco, se era menino deixavam viver, se era menina era aconselhado abandonar para morrer (WINTER, 1933 apud DEMAUSE, 2014).

No século IV ao XIII, no chamado *modo de abandono*, “as crianças eram mantidas distantes emocionalmente dos pais, abandonadas ou vendidas para a escravidão” (DEMAUSE apud SANDERSON, 2008, p. 2). Já no século XVI ao século XVII (período renascentista), a visão social das crianças começa a mudar, os pais eram mais ligados emocionalmente aos filhos, pelo fator de projeção, mesmo assim “ainda os temia como se estivessem diante de um mal absoluto”⁸, era tarefa dos pais moldar as crianças reprimindo-as e batendo nelas. Com a Renascença e a Reforma, se deram mudanças humanísticas, religiosas e políticas, assim ocorreram modificações nas atitudes em relação ao abuso sexual de crianças, onde o ato anterior de manter crianças para que tivessem relações sexuais com adultos, passou a ser visto como algo não mais tolerado socialmente, concomitantemente, também emergia moralistas da Igreja Católica protestando contra o ato de molestar crianças, pois eram puras e “inocentes sexualmente”.

No século XIX, XX, até o XXI, paulatinamente os adultos e pais, em geral, se tornaram menos abusivos sexualmente, e começaram enfatizar mais a educação das crianças, ajudando-as a alcançarem seus objetivos com amor e aceitação. No entanto, não significou o fim do patriarcado, muito menos do abuso sexual de crianças e adolescentes, os pais ainda deixavam os filhos com criados e babás, que por sua vez investiam sexualmente contra eles.

Sanderson (2008) e DeMause (2014) apontam dados históricos que indicam que em diversas culturas, acreditavam-se na prática sexual com crianças como um remédio para a cura de doenças venéreas, pois as crianças tinham a capacidade de purificar o mal no adulto. Um exemplo que ainda persiste, ocorre em

⁸ *Ibidem* p. 6, 7.

muitos países do continente africano, no qual a criança virgem (logo pura) do sexo feminino é usada como um antídoto para as doenças sexualmente transmissíveis, o que na verdade só dissemina ainda mais as Doenças Sexualmente transmissíveis – DST's.

No século XX acentuava-se o processo de mudança da visão social sobre a infância. A Declaração de Genebra, em 1924, foi um marco na preocupação internacional sobre as crianças e adolescentes, reconhecendo a necessidade de proporcionar-las uma proteção especial, porém a declaração não tratou sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, nem sobre o comércio sexual de crianças, como mostram Taquary e Lima (2004 apud LABADESSA e ONOFRE, 2010, p. 9, 10): “[...] a primeira Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, em 1924, não tratou sobre a questão específica da prostituição infantil e nem sobre o comércio sexual da criança”. Apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial e a formação da Organização das Nações Unidas – ONU, que em 21 de março de 1950 em Lake Success, que foi mencionada a penalização da prostituição, sem especificar a proteção de crianças e adolescentes. Apenas em 1959 na Assembleia Geral da ONU, se proclamou a Declaração dos Direitos da Criança, que continha dez princípios e um deles defendia o direito à proteção especial às crianças.

A Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança, Assembleia Geral da ONU de 20/11/1989, foi finalmente ratificada no Brasil em 20 de setembro de 1990, assegurando todos os direitos inerentes à criança e adolescentes por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O artigo 34º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança tratava especificamente da proteção às situações de abuso e exploração sexual. A ratificação foi uma conquista histórica para o mundo e para o Brasil, porém ainda há muitos desafios na sua efetivação, para de fato assegurar os direitos propostos.

A mudança de moral sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes procedeu em três momentos históricos: sobreveio como permitido e aceitável, na antiguidade e idade média, passando por um período de transição entre permitido e imoral no renascimento e por fim, foi tomado como inaceitável, imoral e ilegal. O curioso que mesmo com o decorrer dessa evolução, a violência sexual não deixou de ser realizada, mas tomou outras características, com a passagem para o imoral, ele se silenciou dentro das famílias patriarcais, bem como no clandestino comércio

sexual de crianças e adolescentes. O silêncio perene é notável, principalmente quando ele atinge proporções de comércio sexual global. A sociedade capitalista é um grande agrupamento patriarcal, então o silêncio que decorre dentro das famílias, tem as mesmas características do silêncio na sociedade do capital.

O Jornal do Senado (2008) publicou um artigo expondo o comércio lucrativo da pornografia infantil, onde, o site norte-americano Family Safe Media assegura que os lucros mundiais da pornografia em 2006 foram de US\$ 97,6 bilhões.

No Brasil, desde 2007, onde a pornografia foi considerada como crime, alterando o ECA (BRASIL, 1990), desde então o combate a sites com conteúdo pornográfico infantil tem se intensificado, juntamente com as denúncias, ocupando o quarto lugar mundial, no quesito de páginas com conteúdo pornográfico removidas. Em 2015, a SaferNet Brasil (2015) recebeu e processou 43.182 denúncias anônimas de pornografia infantil envolvendo 17.433 páginas (URLs) distintas, das quais 5.142 já foram removidas, hospedadas em 4.956 hosts (computadores) diferentes, conectados à internet através de 3.956 números de IPs distintos, atribuídos para 54 países em 5 continentes. As denúncias foram registradas pela população através de sete pontos hotlines (meios de denuncia) brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (SAFERNET, 2015).

Essa é a barbárie da ordem do capital (NETTO, 2010) gerando lucro de todas as possíveis fontes. Ora, o capitalismo não é um ser, mas sim um sistema econômico que gira em torno de meios de produção privados patriarcais gerando lucro. Então aqueles que podem reproduzir a indústria lucrativa de abuso sexual de crianças e adolescentes, de forma maciça e globalizada ou simplesmente permitindo que ela aconteça, são os grandes burgueses conservadores, donos das propriedades privadas, uma vez que no patriarcado o homem chefe da família, é o “dono” da mulher e dos filhos.

A mercadoria é um objeto de duplo valor, composta de valor de uso e valor de troca. Leal e Pinheiro (2007) discorrem que no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, o valor de uso da mercadoria está baseado na utilidade e na necessidade do consumidor e do mercado, ou seja, é o prazer proporcionado por meio dos serviços sexuais. Crianças e adolescentes, transformados em mercadorias

são exploradas e usadas (valor de uso) para o prazer da satisfação (violência) de um agressor sexual, em troca de dinheiro, o que caracteriza o valor de troca. Todo lucro gerado, a mais-valia, em total detrimento humano das crianças e adolescentes, é acumulado pelos aliciadores, exploradores sexuais.

Marx, por sua vez, chama de “trabalho improdutivo”, um valor de troca imaterial, que se concretiza no comércio sexual, um produto de exploração e escravidão, entre o intermediário, os explorados e o consumidor, em troca de dinheiro (LEAL e PINHEIRO, 2007).

A luta entre classes, burguês x proletariado, não se dá somente no âmbito direto da economia, mas também nas formas de socialização, como explicado por Engels (1984). Na mesma proporção, a família tradicional se constitui: patriarcado x mulheres e crianças. As crianças e adolescentes em situação de exploração sexual são frutos da barbárie capitalista, são explorados para aquisição de dinheiro, dinheiro que se descolou de sua função inicial e tornou-se, ele mesmo, uma mercadoria de deslumbre, fetichismo (MARX, 2007).

Sabe-se que a família é uma instituição de desenvolvimento afetivo, humano e social, porém ela muitas vezes está envolta de segredos, violências e abusos sexuais. Assunto, esse, que traz a questão entre o público e privado. Bruschini (2005) relata que na aristocracia dos séculos XVI e XVII não havia separação rígida entre o público e o privado, as famílias não se isolavam, pois, não possuíam funções afetivas e socializadora, apenas eram construídas visando apenas à transmissão da vida, a conservação dos bens, a ajuda mútua e a prática de um ofício. Mas com a ascensão da burguesia, século XVIII, a privatização da instituição familiar levou as funções socializadoras para o âmbito mais restrito do lar burguês, o que constituiu a família moderna. Esta, por sua vez, privatizada e interiorizada em si mesmo, desenvolve uma cultura própria, uma aparente autonomia e uma atmosfera de intimidade.

Este trabalho não deseja estigmatizar a instituição familiar, nem mesmo o gênero masculino. É reconhecido que a família, no Brasil, pode ser utilizada como um mecanismo alvo, capaz de viabilizar qualidade de vida para os membros da sociedade, do mesmo modo que, a família é um grande alvo das políticas sociais que visam a garantia e efetivação de direitos. Enquanto que o gênero masculino

está inserido nas socializações humanas e divide espaço com outros gêneros, ou seja, ele é um dos gêneros que pertencem à sociedade, assim como os demais. O objetivo, deste capítulo e deste trabalho, é resgatar a história e projetá-la de forma lúcida, para que olhando nas relações humanas, aquilo que prejudicou e prejudica os membros mais desfavorecidos, contribua para a construção de uma sociedade diferente e mais justa.

CAPÍTULO III. ABUSO SEXUAL E O PATRIARCADO, UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DADOS.

3.1 Análise crítica de dados.

A literatura revisada por este trabalho evidenciou o quão intrínseco esteve o patriarcado e o abuso sexual de crianças e adolescente ao longo dos períodos mostrados. Para enfatizar ainda mais a correlação entre os dois temas, dados de algumas pesquisas atuais serão cruzados e comparados entre si, a fim de revelar aquilo que se tem em comum no abuso sexual de crianças e de adolescentes, ou seja, o patriarcado.

Leal (2012) realizou uma pesquisa⁹ onde revela situações de exploração sexual na trajetória social de crianças e adolescentes na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília. Sua pesquisa desponta um dos lados do abuso sexual de crianças e adolescentes, a exploração sexual desses em situação de rua. A pesquisa também ressoa um grito de denúncia, quando nos relatos de vida, as crianças e adolescentes delatam os problemas sociais e estruturais sérios que sofre o Brasil. Leal (2012) ressalta que a exploração sexual leva em consideração o valor de uso e o de troca da “mercadoria”, ou seja, as crianças e adolescentes são mercadorias exploradas pelo capital, pelo seu valor de uso, em outras palavras, a sexualidade é uma mercadoria em exploração. No mundo da exploração de crianças e adolescentes, tem-se a pornografia, responsável pelo movimento de bilhões de dólares anualmente (JORNAL DO SENADO, 2006), ela pode estar ligada ou não a exploração sexual de crianças e adolescentes, servindo como um meio de propaganda, ou mesmo ser uma porta para o tráfico de pessoas com um fim sexual.

Esses fatores expostos patrocinam os traficantes de humanos com um fim sexual, os aliciadores, a cafetinagem e qualquer outra forma de exploração sexual, são esses os “burgueses”, os “capitalistas”, pois, exploram crianças e adolescentes, usando-os como mercadoria humana para gerarem lucro participando do sustento da ordem do capital.

⁹ Metodologia da pesquisa: pesquisa-ação e intervenção social.

O Capital, como manobra econômica, sustenta o exército industrial de reserva. O mercado não é capaz de ofertar emprego a todos os indivíduos que vendem sua força de trabalho como única via de sobrevivência, pela alta demanda de empregos, essa parcela não empregada força a precarização do trabalho. A população excedente é um produto necessário da acumulação e do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela é um dos meios de sobrevivência do modo de produção capitalista. O acesso a empregos também possui um corte de classe, ou seja, para as classes mais desfavorecidas conseguir um emprego se torna ainda mais difícil. A parcela da população que é mantida coercivamente ociosa busca meios alternativos para sobreviver, muitas vezes, meios ilegais (MARX 2001 apud ORTIZ 2005).

Assim, crianças e adolescentes são aliciadas, até mesmo por seus pais, para adentrarem no mercado de exploração sexual, como uma forma de sobrevivência sua e de sua família, quando não sequestradas e exploradas em regime de escravidão sexual. Dessa forma, quando se enxerga o potencial de trabalho em uma criança, no caso a exploração sexual, é inferido no ser criança, uma posição desigual a quem trabalha, até mesmo quando se é adulto. Nesse caso a relação de compra e venda da força de trabalho confere a mesma caracterização de compra e venda da infância, propriamente dita, e o conseqüente aniquilamento duplo da criança ou adolescente enquanto sujeitos (CHAVES, 2010).

Portanto, se considerarmos o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não em primeira necessidade de realização humana (LESSA, 1992).

Então é clara a provocação compulsória da pobreza. A pobreza por sua vez, potencializa o surgimento de vulnerabilidades, uma vez que se compreende vulnerabilidade como “exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu

enfrentamento” (VIGNOLI, 2001; CAMARANO; et al., 2004 apud MONTEIRO, 2011, p. 32).

Destarte, o abuso sexual é potencializado pelas vulnerabilidades que envolvem a vítima, uma criança ou adolescente que se encontra em algum nível de vulnerabilidade social têm mais chances de ser abusada sexualmente do que aquelas que não estão sob nenhum risco social (LEAL, 2012). Isso não significa que não estar sob algum risco social elimina as chances do abuso sexual, mas sim, significa que a criança ou adolescente têm mais chances de não ser abusado sexualmente.

A pesquisa de Leal (2012) foi analisada e dados numéricos foram criados a partir dos dados secundários presentes na pesquisa, construindo assim, uma tabela, que está disponível no APÊNDICE I. A amostra total foi de 12 crianças e adolescentes que vivenciaram situação de exploração sexual, em que 100% delas sofreram abuso sexual e também sofreram algum outro tipo de violência sexual. Com esse número de amostra, é possível fazer projeções sobre o fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes. Do total das amostras 58% eram do sexo masculino e 42%¹⁰ do sexo feminino.

Todos os sujeitos da amostra (100%) passaram por alguma forma de vulnerabilidade no período que sofreram abuso sexual. 66,6% dessas crianças e adolescentes deixam explícito que vivenciaram a situação de rua devido a outras vulnerabilidades anteriores, incluindo, em alguns casos, o abuso sexual. Baptista et al. (2008) confirma a relação intrínseca entre vulnerabilidade e as formas de violência sexual, quando apresenta dados de 60 casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, notificados no Programa Sentinela de Campina Grande - PB (2005/2006), onde 80% das famílias das vítimas possuíam uma renda familiar de até um salário mínimo e o maior contingente de vítimas possuíam menor grau de instrução. Também percebeu que quanto maior o número de pessoas residentes na mesma habitação, maior o índice de abusos, onde uma habitação com 2 pessoas, a probabilidade de abuso sexual é de 3,3%; 4 pessoas, 23,4%; E 5 pessoas ou mais, 55%.

¹⁰ As porcentagens são números aproximados.

Na amostra de Leal (2012) a média de idade do primeiro abuso sexual foi de 10,2 anos, bem como 58% do primeiro abuso sexual ocorreu com pessoas fora do círculo parental e em 42% dos casos a criança tinha parentesco com o agressor, sendo que nesse caso, todos os abusos sexuais ocorreram na casa da vítima. Nesse recorte apresentado, os números percentuais de abuso sexual são maiores em eventos extrafamiliar, fato que, pode estar ligado à característica desse grupo de amostra, onde são sujeitos que vivenciaram situação de rua e exploração sexual. “Zeca”¹¹ (APÊNDICE I) afirma que “em uma situação em que existam dez meninos e meninas de rua, no mínimo oito fazem programa. Se brincar, todos fazem” (LEAL, 2012, p. 104).

A pesquisa de Baptista et al. (2008) também revela a proximidade dos agressores sexuais com o círculo social da criança ou adolescente, podendo ser eles, parentes e, ou, amigos do círculo íntimo da vítima. Dados instigantes provêm de duas pesquisas, a primeira de Leal (2012), onde foi revelado que em 91,6% dos casos, o primeiro agressor sexual foi do sexo masculino, sendo que nos 8,4% restantes, não foi explicitado quem foi o primeiro agressor, cabendo a possibilidade de ser também do sexo masculino. Na outra pesquisa, de Martins e Jorge (2010), foram notificados 186 casos de abuso sexual de crianças e adolescentes (de 0 a 14 anos) no município de Londrina - PR no ano de 2006, onde 97,3% dos abusos foram perpetrados por agressores do sexo masculino.

As três pesquisas, de Leal (2012), Baptista et al. (2008) e Martins e Jorge (2010), convergem na conclusão que o principal agressor sexual é do sexo masculino, além disso, 85% das vítimas são do sexo feminino (BAPTISTA et al., 2008). As mulheres ainda são vistas como propriedade masculina, como inferiores. Assim, pode se dizer que se uma criança ou adolescente for abusada sexualmente, o principal suspeito do abuso será um indivíduo do sexo masculino provindo do círculo íntimo da vítima.

As maiores vítimas dos abusos sexuais são do sexo feminino e grande parte das violências ocorre dentro de casa, esse fator é intrínseco ao patriarcado, onde indivíduos do sexo masculino consideram mulheres e crianças como propriedades privadas, logo possuem o poder e o “direito” de usá-las a sua vontade.

¹¹ Nome fictício atribuído pela pesquisa de Leal (2012), para preservar a identidade da criança ou adolescente.

Os agressores sexuais exercem poder sobre as vítimas, como manifestações de correlação de forças centralizadas no controle, na opressão que sugere de um dominador e um dominado, arraigado nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais (SILVA, 2011).

Foi mostrado que o principal agressor sexual pertence ao sexo masculino, todavia não se pode negar a existência de mulheres pedófilas, os primeiros estudos sobre o tema revelavam que o fenômeno era raro, apenas em 2% dos casos, mas o número real está escondido por sobre os estereótipos de que mulheres são sempre cuidadoras do lar, fornecedoras de cuidado e de alimentação. Por isso, muitas vítimas ficam relutantes em revelar suas experiências com medo de não acreditarem. Algumas características do abuso sexual de crianças e adolescentes por mulheres são semelhantes aos praticados pelo sexo masculino, 85% das vítimas conheciam a pessoa que abusou sexualmente e em 62% dos casos a agressora sexual eram a própria mãe (ELLIOTT, 1993 apud SANDERSON, 2008).

Entretanto o patriarcado revela-se ainda mesmo no contexto de abusos sexuais praticados por mulheres. Um estudo realizado por Faller (1987 apud SANDERSON, 2008) com 40 mulheres agressoras sexuais, identificou algumas categorias, no qual a maior delas, representada por 72,5% da amostra, apontava mulheres coagidas ou forçadas a uma violência sexual por um companheiro dominador do sexo masculino. A segunda categoria desse estudo, representado por apenas 15% da amostra, eram mães solteiras que não estavam mantendo um relacionamento amoroso constante. Se no passado (ARIÈS, 2014) mulheres abusavam de crianças porque eram coibidas socialmente, fazendo com elas o que jamais poderiam fazer nos relacionamentos com adultos, também hoje muitas mulheres abusam de crianças e adolescentes, porque são estigmatizadas e coibidas socialmente, se nos relacionamentos amorosos ousarem tomar atitudes que somente homens podem tomar. Contudo, isso não é apresentado como uma justificativa, porém pode ser um fator ligante, um estopim para o abuso sexual.

Foi visto que, cada criança pode manifestar algum efeito do abuso sexual que sofreu, porém pode ser dito que uma criança ou adolescente abusado por um homem terá mais chances que desenvolver algum efeito negativo. Crianças e adolescentes do sexo feminino são mais propensas a interiorizar a violência

sofrida, em parte pela socialização diferente entre os sexos, o que estigmatiza e culpabiliza mulheres abusadas sexualmente (SANDERSON, 2008).

Sobre os efeitos do abuso sexual de crianças e adolescentes, a amostra de Leal (2012) expõe que 91,6% das vítimas se envolveram com dependência química em algum período após o abuso sexual, os outros 8,4% não tiveram essa situação explicitada na pesquisa. Em 25% dos casos relatados, as vítimas fugiram de casa para escapar da violência sexual, mas acabaram entrando no mercado de exploração sexual, 75% delas foram aliciadas a entrar no mercado sexual. Na situação de exploração sexual de crianças e adolescentes relatada por Leal (2012), a média de idade de inserção no mercado de exploração sexual é de 11,5 anos e os programas eram feitos 100% para clientes do sexo masculino, pertencendo a essa porcentagem, 50% das crianças e adolescentes faziam programas para ambos os sexos, feminino e masculino.

No escopo de vivenciar alguma situação de machismo, onde o patriarcado revela-se, 91,6% das vítimas presenciaram uma situação de machismo¹², além do próprio abuso sexual e os demais 8,4% não tiveram informação explícita. Relembrando sobre a perspectiva de transformação das crianças e adolescentes em mercadoria, a jovem “Sara” (APÊNDICE I) considera que a prostituição é uma exploração, pois “tem um homem querendo comprar a parte íntima da mulher” (Leal, 2012, p. 91), enquanto outra jovem, “Bia” (APÊNDICE I), diz que sem outros meios encontrados para sua subsistência, a prostituição é uma forma de sobrevivência, pois “Gastava o dinheiro (dos programas) com roupas, comida [...]” (LEAL, 2012, p. 135). Relata também que não tinha nenhum prazer, fazia apenas pelo dinheiro. Igualmente, “Cris”, “justifica sua inserção no mercado sexual devido à necessidade de se manter (financeiramente)” (LEAL, 2012, p. 149).

Em geral o perfil dos clientes, relatados na pesquisa de Leal (2012, p. 136), “eram sempre homens mais velhos, geralmente na faixa etária de 27, 29 anos [...] normalmente homens casados” sendo que nas histórias narradas a maioria deles detinha alta renda, “em geral tinha carro e era composta por homens em torno de 28 anos” (LEAL, 2012, p. 162). “Rita” faz uma séria denúncia, pois é narrado que esses clientes, homens de alto poder aquisitivo, eram compostos por empresários e

¹² Cf. APÊNDICE I, bem como as observações.

políticos importantes do Estado, como deputados, procuradores do Estado e governador, eles constantemente procuravam o mercado sexual de crianças e adolescentes.

Por fim, como mais um exemplo da expressão da barbárie (NETTO, 2010), na perversidade da compra da criança ou do adolescente por um determinado tempo para abusá-la sexualmente, ou seja, o mercado de exploração sexual de crianças e adolescentes, “Sara” afirma que muitas vezes era “Difícil [...] É meio torturante, psicologicamente [...] Ninguém tava nem aí se eu era criança.” (Leal, 2012, p.100, 101). A jovem se manifesta:

“Tem um homem querendo comprar a parte íntima da mulher. Não importa se é criança, se é mulher, se é homem... [...] A mulher está ali como boneca. Faz tudo que a outra pessoa quer. Ela tá pensando: ‘Acaba logo que eu quero ganhar meu dinheiro’ ” (LEAL, 2012, p. 91).

As práticas patriarcais são atreladas ao modo econômico vigente, ou seja, o capitalismo. As perspectivas de exploração de ambos traduzem a dominação e a submissão de um sujeito ao outro, onde um é o explorador e o outro o explorado. Se o capitalismo gera múltiplas expressões da questão social (BADARÓ, 2013), pode-se dizer que entre elas está a violência sexual, presente também, na exploração sexual de crianças e adolescentes. Uma expressão da questão social é capaz de gerar, a partir dela, outras questões sociais, como um “efeito dominó”. Assim, o abuso sexual de crianças e adolescentes pode decorrer do capitalismo, ou ser ele mesmo o fator que liga a violência ao capitalismo. A posição mais lúcida a ser tomada é de enxergar o capitalismo, patriarcado e abuso sexual, como fatores ligantes entre si, que se originam em um mesmo ponto, se reproduzem conjuntamente, igualmente, um pode suceder e originar o outro e mesmo na predominância de um, é provável existir características dos outros fatores, bem como outras questões sociais.

Existem limites encontrados nas análises desta pesquisa, os principais são os dados numéricos que não representam um número totalmente real. O silêncio que envolve o abuso sexual reflete nos bancos de dados das pesquisas de referência, dificultando análises e apontamentos mais precisos. Mas, mesmo assim, a partir do silêncio e de outras dificuldades, é possível criar outros objetos de estudos através delas, de forma que pesquisas sobre o tema deste trabalho, nunca

se exaustão. Esta pesquisa também colabora, em meio muitas outras, para a discussão das contrariedades sociais, via capitalismo e via patriarcado.

CONCLUSÃO

No desenrolar da história as crianças e adolescentes, no Brasil e em vários países, passaram a assumir estatura de sujeitos de direitos, sendo que na atualidade são instituídos de direitos especiais, contemplando as características e necessidades específicas desses períodos. Porém, isso não significou a ruptura com os abusos sexuais, na verdade eles só passaram de comuns e aceitos socialmente, para uma prática criminosa e repudiada.

A revisão bibliográfica buscou elementos para fundamentalizar o objetivo, uma vez que procurou identificar a associação do abuso sexual de crianças e adolescentes ao patriarcado. A partir da compreensão sobre o que é criança e adolescente, a sexualidade natural que permeia esses períodos e também o que é considerado como abuso sexual, na linha histórica e dados apresentados foi possível perceber a presença do abuso sexual em função do patriarcado. O abuso sexual decorria da posse, onde os homens, principais agressores, tinham por propriedades crianças, adolescentes e mulheres. Essa perspectiva resistiu até a contemporaneidade, conservando as principais características da violência sexual de outros tempos.

O abuso sexual de crianças e adolescentes deveria ter tido um drástico declínio, uma prática de violência rara, ou talvez devesse ter sido extinguido, mas não foi isso que sobreveio. Este estudo faz uma linha do tempo, a partir do estudo de pesquisas e da literatura sobre o tema, identificando o patriarcado como elemento determinante na conservação de práticas de abuso sexual, gerando modos de violência e exploração. As relações patriarcais se estabelecem ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e se mantêm presente existindo a margem das leis, escondido, principalmente, no seio das famílias.

As relações patriarcais situam o gênero masculino em uma posição de superioridade, com privilégios na sociedade e na direção da casa. Na sua concepção original, em tempos mais remotos, conforme esta pesquisa apresenta a família, mulher e filhos, eram consideradas como propriedades do homem, que

teriam domínio completo sobre a vida desses membros, com efeito, se assim decidisse, poderia abusá-los sexualmente, pois esses eram vistos como objetos.

Na época presente há regulamentações, também fruto de conquistas que advém da luta de mulheres, que tira o gênero masculino dessa posição descrita. Como medidas têm-se, por exemplo, a lei do feminicídio (BRASIL, 2015) que remete ao menosprezo ou discriminação a condição de mulher, a instituição do dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2007), a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre diversas outras medidas que visam a equidade entre o sexo masculino e feminino. Legalmente um homem não dispõe da vida nem dos filhos, nem da mulher. Todavia, apesar das conquistas, culturalmente as relações patriarcais ainda permanecem.

As práticas machistas decorrente de uma concepção patriarcal de mundo potencializam o abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como de mulheres, aparecendo de forma silenciosa e oculta principalmente no interior das famílias, nas relações de parentesco e nas relações de proximidade com a vítima.

O pensamento patriarcal naturaliza uma relação de poder do homem sobre a mulher, supondo que esta deva ser submissa e inferior, tornando-a em principal objeto dos abusos. Porém, todo abuso sexual é igualmente grave, sejam as vítimas do sexo masculino, sejam do sexo feminino.

As violações contra o sexo feminino são numericamente, em geral, três vezes ou mais, superiores às violações contra o sexo masculino, um contingente médio de cerca de 77,53%¹³. Essa característica pode se alterar para mais ou menos dependendo da região e do país, mas ainda representará números próximos em diversos pontos do mundo, o que significa que realmente existe um vetor comum que induz o abuso sexual.

O abuso sexual também é potencializado pelas vulnerabilidades que envolvem a vítima, uma criança ou adolescente que se encontra em algum nível de vulnerabilidade social têm mais chances de ser abusada sexualmente do que

¹³ Os percentuais aqui exibidos são uma média dos dados apresentados no capítulo III.

aquelas que não estão sob nenhum risco social (LEAL, 2012). Mais um fator intrínseco entre patriarcado e o capitalismo, pois até mesmo os males que ambos provocam estão interligados, pauperismo e abuso sexual.

Compreender como se dá o desenvolvimento natural de crianças e adolescentes, em questão a comportamentos simples como o brincar das crianças, a confusão e adaptação à sociedade dos adolescentes e até se aprofundar sobre sua sexualidade, é compreender como os agressores distorcem aquilo que é processo natural, aproveitando-se para cometer o abuso sexual.

Quanto aos agressores, são eles quase sempre do sexo masculino, por volta dos 90%. O sexo feminino ainda é visto como propriedade masculina, como inferior, assim pode-se dizer que se uma criança ou adolescente for abusado sexualmente, o principal suspeito do abuso será um indivíduo do sexo masculino provindo do círculo íntimo da vítima. Ainda que haja mulheres agressoras sexuais, o patriarcado pode se revelar ainda mesmo nesse contexto, algumas das mulheres que abusam são aliciadas por homens, ou seja, obrigadas por eles a cometerem o abuso sexual (SANDERSON, 2008).

O conhecimento sobre o real número de abusos sexuais de crianças e adolescentes é limitado, pois os abusos são escondidos pelas condutas patriarcais, nas famílias e nas relações de proximidade, e pelo capitalismo no jogo político de interesses pelo lucro. O patriarcado se alia, em sua essência, ao capitalismo, eles têm em seus fundamentos e formas de manutenção, a propriedade privada. Se no poder patriarcal, o chefe da casa pode tudo com suas propriedades, o capitalismo exerce o mesmo poder e direito, só que em uma escala global.

O maior desafio da pesquisa foram os dados que ainda não representam um número real, do contrário, muito mais se poderia explicar e falar sobre o assunto, porém saber que existem dados ocultos sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes novamente comprovam os efeitos do patriarcalismo.

O patriarcado perpetua seus princípios na sociedade, a partir dos núcleos familiares, de modo que os homens são educados a exercer o pátrio poder e as mulheres são ensinadas a serem submissas, até mesmo nos abusos sexuais. Esse é um processo em desconstrução, mas ainda presente na sociedade. Logo o abuso sexual extrapola o âmbito familiar, já enraizado subliminarmente na

sociedade, o capitalismo transforma crianças e adolescentes em mercadorias, gerando lucro através do comércio e tráfico com fim sexual.

As características e dados apresentados a respeito do abuso sexual de crianças e adolescentes, somando aos atributos do patriarcado, como ele se conserva, como se reproduz, através do modo econômico do capitalismo e no machismo levam a concluir que o vetor comum que potencializa o abuso sexual de crianças e adolescentes é o patriarcado. Ele motiva bem como oculta a prática da violência sexual, principalmente no interior das famílias.

Este estudo demonstra que o caminho a ser percorrido para a total garantia de direitos das crianças e adolescentes, indica a necessária mudança na perspectiva de família, tanto no ponto de vista da unidade econômica desta, pois é o núcleo inicial de reprodução das relações capitalistas, tanto do ponto de vista da transversalidade do patriarcado nas relações que se dão em seu interior. Isto revela, em última instância, a necessidade de substituição de ambos: capitalismo e patriarcado. Por alguma forma de economia e organização social, igualitária, reconhecendo a especificidade de cada sujeito, onde não haja exploração do “homem pelo homem” (MARX, 2007).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. **VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA.** Universidade Estadual Paulista, Campus Assis. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 24/06/2016.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Copyright © 1973 by Editions du Seuil. Título original: *L' Enfant et la Vie familiale sous l' Ancien Régime.* Tradução de Dora Flaksman. -2.ed. – [Reimpr.]. –Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BABIES. Produção: Alain Chabat, Amandine Billote, Christine Rouxel. Adaptado por: Thomas Balmès. Música: Bruno Coulais. Produzido por: CHEZ WAM - STUDIO CANAL. Gênero: Documentário. Produção: França. Bébé(s) (Título original). Elenco: Ponijao (Namíbia), Mari (Japão), Hattie (USA), Bayarjargal (Molgólia) e outros. Duração: 79 min. Direitos reservados a VISA D'EXPLOITATION n° 114 874 DEPOT LEGAL: 2009. Disponível em <<https://vimeo.com/67691334>>. Acesso em: 26/09/2015.

BADARÓ, L. **Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes / Multiple expressions of social issues affect the Children and Youth.** *SER Social*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013.

BAPTISTA, R. S. et al. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela.** *Campina Grande – PB. Acta Paul Enferm* 2008;21(4):602-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n4/a11v21n4>>. Acesso em: 12/10/2015.

BELIZÁRIO, S. M. R. **ASPECTOS EVOLUTIVOS DOS DIREITOS DA MULHER EM FACE AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.** 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Personalidade na Tutela Jurídica Privada e Constitucional). Centro Universitário Maringá – CESUMAR. Maringá – PR.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos

termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Presidência da República**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 18/06/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar Orientações para a prática em serviço**. Cadernos de Atenção Básica Nº 8 Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131. Brasília/DF 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 14/07/2016.

BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 16/09/2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei Nº 2.848, 7 de dezembro de 1940. Dos crimes sexuais contra vulnerável. Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 26/09/2015.

BRASIL. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cartilha abuso sexual. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** - Brasília: Promotora de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude. Elaboradora: Cordeiro, Flávia de Araújo 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_abuso_sexual_ca.pdf>. Acesso em: 27/09/2015.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. PORTAL SIPIA. **Sistema de Informações para Infância e Adolescência**. Ambiente de Produção. Módulo para Conselhos Tutelares. Estatísticas: Quantidade de Violações por Estado/ DF. Ano de 2013 e 2014. Disponível em: <<http://www.sipia.gov.br/CT/?x=t0lbelfdZxbACkZF289Clg>>. Acesso em: 08/07/2015.

BRUSCHINI, C. TEORIA CRÍTICA DA FAMÍLIA. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **INFÂNCIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: fronteiras do conhecimento**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 49-79.

CARVAJAL, G. **TORNAR-SE ADOLESCENTE a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência**. São Paulo – SP. Ed. Cortez, 1998, p. 24-69.

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. **O INCESTO: O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR**. Universidade de São Paulo, p. 1-12, feb 06. 2015. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/265263117>>. Acesso em: 30/09/2015.

CHAVES, E. S. **A MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DO AGRESSOR DO LAR EM CASOS DE ABUSO SEXUAL: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA O AUTOR, FAMÍLIA E VÍTIMA**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília, DF.

DEMAUSE, L. Fundamentos da Psico-História / **O Estudo das Motivações Históricas**. KBR Editora digital Ltda, Petrópolis 2014. Copyright da edição em português © 2014 (Tradução) *Clara Colotto*, Copyright da versão original © 1982 Lloyd DeMause. Todos os direitos reservados à The Association for Psychohistory. Formato E-Book, plataforma Kindle.

ELKONIN, D. B. **Enfrentando o problema dos estágios no desenvolvimento mental das crianças**. Tradução: BISSOTO. M. L. *Copyright 1971*. Editora UFPR. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 43, p. 149-172, jan./mar. 2012.

ENGELS, F. **A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9º edição. Rio de Janeiro, Brasil. Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A 1984, p. 59-80.

FALEIROS, E. T. S. **REPENSANDO OS CONCEITOS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES**. Brasília: CECRIA / MJ-SEDH-DCA / FBB / UNICEF. 2000.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. S. **CIRCUITO E CURTOS-CIRCUITOS: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Veras Editora. São Paulo. CECRIAS – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. 2006.

FELIPE, J. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** cadernos pagu (26), jan./jun. 2006, p. 212, 213. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>>. Acesso em: 14/10/2015.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LABADESSA, V.; ONOFRE, M. **Abuso Sexual Infantil: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos.** Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.1, Jan./Jul. 2010, p. 4-10. Disponível em: <http://www.chamaeleon.org.br/arquivos/abuso_sexual_infantil.pdf>. Acesso em: 09/07/2015.

LEAL, M. L. P. **A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília.** Metodologia de pesquisa-ação e investigação social (2008/2009). Violes/SER/UnB. Junho de 2012, p. 11-196.

LEAL, M. L. P.; PINHEIRO, P. **A PESQUISA SOCIAL NO CONTEXTO DO TRÁFICO DE PESSOAS: UMA ABORDAGEM MARXISTA.** In: LEAL, M. L.; LEAL, F. P.; COIMBRA, R. M. L. Tráfico de Pessoas e Violência sexual / Organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. p. 17-26.

LESSA, S. LUKACS: **TRABALHO, OBJETIVAÇÃO, ALIENAÇÃO.** Trans/Form/Ação. São Paulo. 15: 39-51. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v15/v15a02.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. **A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do**

Brasil, 2002 e 2006. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 18 (4):315-334, out-dez 2009, p. 329. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v18n4/v18n4a02.pdf>>. Acesso em: 01/10/2015.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. **ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: PERFIL DAS VÍTIMAS E AGRESSORES EM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL.** Artigo extraído da tese intitulada - Violência contra menores de 15 anos: análise epidemiológica de suas notificações. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 2008. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2010 Abr-Jun; 19(2): 246-55. p. 248-253. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>>. Acesso em: 30/09/2015.

MARX, K. **O capital de Marx [uma biografia].** 2007. Editora Zahar. Título original: *Marxs da kapital, 2006*. Tradução autorizada por Atlantic Books, um selo de Grove Atlantic ltd, de Londres Inglaterra, p. 50-53.

MONTEIRO, S. R. R. P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./ 2011, p. 32. Disponível em: < <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695/619>>. Acesso em: 15/10/2015.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie.** III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010, p. 33. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 06/07/2015.

ORTIZ, F. S. G. **O DESEMPREGO SOB A ÓTICA MARXIANA:** revisitando a lei geral da acumulação capitalista. UFMA Programa de pós-graduação em políticas públicas. II Jornada internacional de políticas públicas MUNDIALIZAÇÃO E ESTADOS NACIONAIS: a questão da emancipação e da soberania. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005, p. 4. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/F%C3%A1tima_da_Silva_Grave_Ortiz.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

PATEMAN, C. **"El contrato sexual".** ANTHROPOS - UAM, México, 1995 (1988). Capítulos 1, 2, pp. 9-29 Y 31-57. Disponível em:

<http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/pateman_el_contrato_sexual_0.pdf>. Acesso em: 18/07/2016.

PFEIFFER, L. SALVAGNI, E. P.; **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** *Jornal de Pediatria*, (Rio J). 2005; 81(5 Supl):S197- S204. Disponível em: <<http://www.jped.com.br/conteudo/05-81-S197/port.pdf>>. Acesso em: 15/07/2016.

Pornografia infantil rende bilhões. **Jornal do Senado.** Edição de 23 de jun. 2008. Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2008/06/23/pornografia-infantil-rende-bilhoes>>. Acesso em: 18/07/2016.

RIZZINI, I.; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, L. M. **A CRIANÇA E O BRINCAR.** UFRRJ, Mesquita 2009, p. 10-19. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafioscotidianos/arquivos/integra/integra_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 19/09/2015.

SAFERNET. **Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos.** Pornografia Infantil. Brasil. ONG. 2015. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/>>. Acesso em: 18/07/2016.

SANDERSON, C. **ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS Fortalecendo Pais e Professores Para Proteger Crianças CONTRA ABUSOS SEXUAIS e PEDOFILIA.** Título original: *The seduction of children – Empowering Parents and Teachers to Protect Children from Child Sexual Abuse.* 2004. São Paulo – SP. M.Books do Brasil Ed. Ltda. Reimpressão 2008.

SILVA, C. **UMA REALIDADE EM PRETO E BRANCO: AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.** 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12548>. Acesso em: 15/10/2015.

SILVA JUNIOR, A. S. A. H.; ROSAS JUNIOR, J. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: conceitos-chave. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Edição 14, ISSN 1983-2192, p. 145-160. Nov. 2014.

SILVA, M. B. B. **Reflexões sobre a questão da proteção social: uma leitura da obra de Robert Castel**. *Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar* | v. 1 | n. 1 | jan/jul - 2012 | p. 77. Disponível em: <https://revistaaskesis.files.wordpress.com/2012/04/revista-askesis-artigo04_p64-81.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

APÊNDICE

APÊNDICE I

TABELA / CARACTERÍSTICAS DO ABUSO SEXUAL

NÚMERO NOME FICTÍCIO DA AMOSTRA	SEXO	EXISTÊNCIA DE ALGUMA VULNERABILIDADE QUANDO CRIANÇA E, OU, ADOLESCENTE?	FOI ABUSADO (A) SEXUALMENTE? COM QUAL IDADE FOI O PRIMEIRO ABUSO SEXUAL?	PARENTESCO COM O AGRESSOR SEXUAL E IDADE DO MESMO	O ABUSO SEXUAL OCORREU EM CASA?	DEPENDÊNCIA QUÍMICA POR DECORRÊNCIA DO ABUSO SEXUAL
1 JÓ p.60	M	SIM p.60, 61 SIM	SIM. 13 ANOS	IRMÃO 18 ANOS	SIM	DEPÊNDENCIA QUÍMICA
2 JÉSSICA p.70	M	SIM p.70 SIM	SIM. 13 ANOS	PRIMO 18 ANOS	SIM	DEPÊNDENCIA QUÍMICA
3 SARA p.85	F	SIM p.86 SIM	SIM. 6 ANOS	PADRASTO	SIM	USAVA DROGAS SEMPRE ANTES DOS PROGRAMAS DESDE OS 7 ANOS
4 ZECA p.96	M	SIM p.96	SIM* 10 ANOS	HOMEM SEM PARENTESCO	NÃO. OCORREU NA RUA*	NÃO EXPLICITADO
5 TON p.107	M	SIM p.107, 111	SIM* ENTRE 6 e 7 ANOS	IRMÃO ENTRE 15 e 16 ANOS	SIM	TORNOU-SE USUÁRIO DE DROGAS AOS 13 ANOS
6 NILO p.124	M	SIM p.124	SIM 12 ANOS*	SEM PARENTESCO NÃO INFORMADO*	NÃO. OCORREU NA RUA	TORNOU-SE USUÁRIO DE DROGAS QUANDO FOI "MORAR" NA RUA
7 BIA p.132	F	SIM p.133, 134	SIM* 11 ANOS	SEM PARENTESCO VIZINHO 18 ANOS	NÃO. OCORREU NA RUA	AOS 9 ANOS TORNOU-SE DEPENDENTE QUÍMICA
8 TINA p.141	F	SIM p.142	SIM* 12 ANOS	SEM PARENTESCO HOMENS*	NÃO. OCORREU NA RUA	AOS 12 ANOS TORNOU-SE DEPENDENTE QUÍMICA
9 CRIS p.146	M	SIM p.146, 147	SIM* 12 ANOS	SEM PARENTESCO HOMEM 25 ANOS	NÃO. OCORREU NA RUA	AOS 14 ANOS COMEÇOU A USAR DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS
10 BETO p.159	M	SIM p.159	SIM ENTRE 4, 5 ANOS	TIO ENTRE 16, 17 ANOS	SIM	FAZIA USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS
11 MARIA p.165	F	SIM p.165	SIM AOS 9 ANOS	SEM PARENTESCO VIZINHO MAIS VELHO*	NÃO EXPLICITADO	AOS 9 ANOS SE ENVOLEU COM DROGAS
12 RITA p.173	F	SIM p.173, 174	SIM POR VOLTA DOS 13, 14 ANOS*	SEM PARENTESCO HOMEM	NÃO. OCORREU NA RUA	POR VOLTA DOS 13, 14 ANOS* TORNOU-SE DEPENDENTE QUÍMICA

M= Masculino
F= Feminino

NÚMERO NOME FICTÍCIO DA AMOSTRA	FUGA DA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL	VIVENCIOU ALGUMA SITUAÇÃO DE MACHISMO? QUAL?	IDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO SEXUAL/ PROSTITUIÇÃO	QUANDO CRIANÇA/ ADOLESCENTE OCORREU ALGUMA EXPLORAÇÃO, OU VIOLÊNCIA COM RELAÇÃO A PRÁTICAS SEXUAIS?	A VULNERABILIDADE (ABUSO SEXUAL, VIOLÊNCIA FÍSICA, VERBAL, EMOCIONAL, PSICOLÓGICA), MOTIVOU A VIVENCIAR SITUAÇÃO DE RUA?	PROSTITUIÇÃO COM O SEXO MASCULINO E FEMININO	FOI ALICIADO (A) A ENTRAR NO MERCADO SEXUAL?
1 JÓ p.60	NÃO EXPLICITADO	SIM. QUANDO CRIANÇA O PAI BATIA CONSTANTEMENTE NA MÃE	---	SIM. ABUSO SEXUAL E OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO NÃO EXPLICADA.	SIM VULNERABILIDADE	SIM*	NÃO
2 JÉSSICA p.70	---	SIM. VIOLÊNCIA EM ALGUNS PRAGRAMAS	15 ANOS	SIM. PROSTITUIÇÃO CAFETINAGEM	SIM VULNERABILIDADE. HOMOFOBIA. A MÃE SÓ ACEITAVA EM CASA SE FOSSE "HOMEM DE VERDADE"	SIM	SIM
3 SARA p.85	AOS 7 ANOS FUGIU DE CASA POR CONTA DOS ABUSOS SEXUAIS	SIM. ABUSO SEXUAL VIOLÊNCIA SEXUAL E FÍSICA POR PARTE DE POLICIAIS	7 ANOS	SIM ABUSO SEXUAL., CAFETINAGEM. PROSTITUIÇÃO*	SIM ABUSO SEXUAL	SIM	SIM
4 ZECA p.96	NÃO EXPLICITADO	SIM HOMOFOBIA POR PARTE DO PAI ADOTIVO	10 ANOS	SIM ABUSO SEXUAL PROSTITUIÇÃO*	SIM VIOLÊNCIA FÍSICA, EMOCIONAL E PSICOLÓGICA HOMOFOBIA	SIM	SIM
5 TON p.107	NÃO EXPLICITADO	SIM VIOLÊNCIA FÍSICA POR PARTE DE POLICIAIS E UMA TENTATIVA DE ESTUPRO POR UM HOMEM	NÃO EXPLICITADO MAS PROVAVELMENTE NA ADOLESCENCIA	SIM ABUSO SEXUAL PROSTITUIÇÃO	SIM O JOVEM E SUA FAMILIA JÁ TINHAM UM HISTÓRICO DE SITUAÇÃO DE RUA	COM O SEXO MASCULINO. NÃO EXPLICITADO SE EXISTIA PROSTITUIÇÃO COM O SEXO FEMININO	SIM
6 NILO p.124	FUGIU DE CASA DEVIDO O PAI SER AGRESSOR SEXUAL E VIOLENTO	SIM. SEU PAI O ESPANCAVA E ABUSAVA SEXUALMENTE, DE SUA IRMÃ. TENTATIVAS DE ESTUPRO POR PARTE DE POLICIAIS	12 ANOS	ABUSO SEXUAL PROSTITUIÇÃO	SIM FUGIU DE CASA POR CAUSA DO PAI INCESTUOSO, ALCOÓLATRA E VIOLENTO.	SIM	SIM
7 BIA p.132	NÃO EXPLICITADO	SIM. IRMÃO MAIS VELHO BATIA NA JOVEM QUANDO CRIANÇA	10 ANOS*	PROSTITUIÇÃO	SIM FUGIU DE CASA DEVIDO A VIOLÊNCIA DO IRMÃO	COM O SEXO MASCULINO*	SIM
8 TINA p.141	NÃO EXPLICITADO	SIM. TENTATIVA DE ESTUPRO POR PARTE DE UM VIZINHO. VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA DE POLICIAIS*	12 ANOS	PROSTITUIÇÃO	NÃO*	COM O SEXO MASCULINO	NÃO
9 CRIS p.148	NÃO EXPLICITADO	SIM. VIOLÊNCIA FÍSICA E EMOCIONAL POR PARTE DE POLICIAIS	14 ANOS	PROSTITUIÇÃO ABUSO SEXUAL	NÃO*	SIM	SIM
10 BETO p.159	NÃO EXPLICITADO	NÃO EXPLICITADO	POR VOLTA DOS 13 ANOS	ABUSO SEXUAL	NÃO*	COM O SEXO MASCULINO. NÃO EXPLICITADO SE EXISTIA PROSTITUIÇÃO COM O SEXO FEMININO	SIM
11 MARIA p.165	NÃO EXPLICITADO	SIM PAI ALCOÓLATRA AGREDIA FÍSICAMENTE A FAMÍLIA. AOS 15 ANOS ARRANJOU UM COMPANHEIRO, MAS ELE A AGRIDE FÍSICAMENTE	AOS 9 ANOS	PROSTITUIÇÃO	SIM*	COM O SEXO MASCULINO. NÃO EXPLICITADO SE EXISTIA PROSTITUIÇÃO COM O SEXO FEMININO	NÃO EXPLICITADO
12 RITA p.173	FUGIU DE CASA DEVIDO AS TENTATIVAS DO PADRASTO DE ESTUPRA-LA	SIM VIOLÊNCIA FÍSICA E TENTATIVAS DO PADRASTO DE ESTUPRA-LA E ASSÉDIO DOS AMIGOS DO PADRASTO. FATO QUE OCORREU DOS 10 AOS 13 ANOS	POR VOLTA DOS 13, 14 ANOS*	TENTATIVAS, DURANTE 3 ANOS, DO PADRASTO DE ESTUPRA-LA. FOI OBRIGADA A ENTRAR NO MERCADO SEXUAL	NÃO*	COM O SEXO MASCULINO. NÃO EXPLICITADO SE EXISTIA PROSTITUIÇÃO COM O SEXO FEMININO	SIM

Fonte: Maria Lúcia Lopez (2012).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

***JÕ**: *O jovem afirma que ainda não faz programas, mas que pretende fazê-los quando se tornar travesti.

***JÉSSICA**: *A primeira relação sexual, foi consentida e ocorreu por volta dos 13, 14 anos de idade com seu primo de 18 anos, todavia segundo o código penal (BRASIL, 1940) é crime sexual ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

***SARA**: *A jovem considera que a prostituição é uma exploração, pois “tem um homem querendo comprar a parte íntima da mulher. Não importa se é criança, se é mulher, se é homem” (p. 91).

***ZECA**: *Mesmo que o jovem não tenha considerado sua primeira relação sexual aos 10 anos, como sendo abuso sexual, aqui será considerado como tal devido a atividade sexual ter sido entre um homem adulto e uma criança, como já mencionado anteriormente.

*Quando se diz que foi “na rua” significa que não ocorreu em casa, podendo ser na casa de outras pessoas, em carros, em banheiros, etc.

*Apesar de o jovem confessar que sentiu prazer durante algumas atividades sexuais, ele afirma que muitas vezes era “Difícil [...] É meio torturante, psicologicamente [...] Ninguém tava nem aí se eu era criança.” (p.100, 101).

***TON**: *O jovem afirma que mesmo com 7 anos de idade gostava de ter relações sexuais (109).

***NILO**: Nas várias análises situacionais presentes no livro de Leal (2012), é revelado que o banheiro da Rodoviária de Brasília é um local de prostituição, onde crianças e adolescentes fazem programas para adultos. O jovem iniciou a vida no mercado do sexo aos 12 anos, justamente nesse banheiro, então ele teve clientes adultos, ou seja, caracteriza-se como abuso sexual, mesmo que com consentimento da criança.

***BIA**: Apesar de não ser relatado como episódio de abuso sexual, sua primeira relação sexual foi aos 11 anos com o vizinho de 18, caracterizando um abuso sexual.

*Há uma situação anacrônica, é revelado pela jovem que sua primeira relação sexual ocorreu aos 11 anos, sendo que é descrito que aos 10 anos é inserida no mercado do sexo.

***TINA**: Sexo com crianças é abuso sexual, também a jovem afirma “já ter sido explorada sexualmente quando fazia programas, mesmo que não tenha sido forçada por alguém a se prostituir” (p. 144).

*Afirma que “Os policiais humilham, bate e abusam de outros meninos” (p.143).

* “Tina diz não ter motivos para ter saído de casa” (p.143).

***CRIS**: *Pela declaração do jovem travesti, aos 12 anos foi aliciado, por um homem desconhecido de 25 anos, que sabia de sua realidade, a ter relações sexuais. O jovem travesti afirma que ficou “encantada pela pessoa” (p.147), todavia pela diferença de idade, mesmo que com relação sexual consentida, caracteriza-se como abuso sexual.

*Apesar da existência de vulnerabilidades desde seu nascimento (p. 146), deixou a casa de sua tia por volta dos 14 anos, pois não queria atrapalhá-la (p. 148, 149).

***BETO**: *Parece não ter ocorrido nenhum episódio de situação de rua.

***MARIA:** *A jovem não soube delimitar a idade do vizinho, dar-se a entender que ele era maior de idade. A jovem também relata que “embora gostasse muito dele, a relação sexual não foi prazerosa” (p.167).

*Aos 11 anos começou a se envolver com drogas e saiu de casa devido ao fato da mãe não aceitar essa situação.

***RITA:** *Não se tem explícito a idade exata, porém pela evolução cronológica, dar-se a entender que é por volta dos 13, 14 anos, os fatos que se seguem.

*Pelo relato não foi evidenciado, na trajetória de vida, situação de rua.

OBSERVAÇÕES

- “SARA” revela que os clientes eram homens, mulheres, homossexuais e muitos casados. A maioria detinha alta renda.
- “ZECA” afirma que “Em uma situação em que existam dez meninos e meninas de rua, no mínimo oito fazem programa. Se brincar, todos fazem” (p. 104).
- “TON” relata um caso de tráfico de crianças com um fim sexual (p. 116, 117).
- “BIA” relata que não tinha nenhum prazer nos programas, apenas fazia pelo dinheiro (p.135).
Também esclarece que “os clientes eram sempre homens mais velhos, geralmente na faixa etária de 27, 29 anos [...] normalmente homens casados” (p.136).
- “TINA” “nunca sentiu prazer na prostituição” (p.144).
- “CRIS” “justifica sua inserção no mercado sexual devido à necessidade de se manter”. Os perfis dos clientes que a procuram são em sua maioria homens, com idade entre 38, 40, 50 anos e alguns mais novos (p. 152).
- A clientela de “BETO” “em geral tinha carro e era composta por homens em torno de 28 anos” (p. 162).
- “MARIA” inicia sua trajetória na prostituição para sustentar seu vício (p.167). Também, “nunca sentiu prazer durante os programas” (p.170).
- “RITA” é um caso particular de criança que consegue driblar as investidas do agressor sexual, “gritando, pedindo socorro” (p.174). A jovem relata ficar muito indignada, pois “relatava o ocorrido a sua mãe, que não acreditava” (p.174).
- É narrado um episódio ocorrido com “RITA”, em que a irmã de uma amiga, juntamente com marido, mantiveram a jovem em cárcere privado, forçando-a a ingerir drogas, até ficar viciada. Sob efeito das substâncias químicas, a mulher e seu marido faziam a jovem a “sair” com homens. Segundo a análise esses homens eram de alto poder aquisitivo, empresários e políticos importantes do Estado, como deputados, procuradores do Estado e governador (p.176, 177). Era uma dupla de aliciadores de crianças, levaram algumas para Venezuela para se prostituírem e roubar os clientes. A dupla chegou a colocar sua filha de 6 anos para fazer programas com políticos importantes, que queriam meninas mais novas (p. 181).